

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Marco Antonio Cunha Dantas

**IMPACTOS AMBIENTAIS DOS ASSENTAMENTOS RIBEIRINHOS:
UM ESTUDO DE MANEJO SUSTENTÁVEL NA ILHA DO COMBU,
BELÉM, PARÁ**

Taubaté - SP
2018

MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS

**IMPACTOS AMBIENTAIS DOS ASSENTAMENTOS RIBEIRINHOS:
UM ESTUDO DE MANEJO SUSTENTÁVEL NA ILHA DO COMBU,
BELÉM, PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Ciências Ambientais da
Universidade de Taubaté-SP.

Área de concentração: Ciências Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Flávio José Nery Conde
Malta

**Taubaté - SP
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

D192l Dantas, Marco Antônio Cunha
Impactos ambientais dos assentamentos ribeirinhos: um estudo de
manejo sustentável na Ilha do Combu, Belém, Pará. / Marco Antônio
Cunha Dantas. - 2018.
88f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de
Ciências Agrárias, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta. Departamento
de Arquitetura.

1. Assentamentos ribeirinhos. 2. Degradação ambiental. 3. Manejo
sustentável. I. Título.

CDD – 363.7

MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS

**IMPACTOS AMBIENTAIS DOS ASSENTAMENTOS RIBEIRINHOS:
UM ESTUDO DE MANEJO SUSTENTÁVEL NA ILHA DO COMBU,
BELÉM, PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Ciências Ambientais da
Universidade de Taubaté-SP.

Área de concentração: Ciências Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Flávio José Nery Conde
Malta

Data: 7 de dezembro de 2018

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Instituição

Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Maria Dolores Alves Cocco

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Mario Valério Filho

Universidade do Vale do Paraíba

Assinatura _____

Dedico este trabalho a minha Mãe Maria
da Conceição Dantas e ao meu Irmão
Rodrigo André Cunha Dantas

AGRADECIMENTOS

À Deus por esta conquista tão importante em minha vida.

À Nossa Senhora de Nazaré pela fé inabalável.

À minha Família especialmente a minha Mãe, Maria da Conceição Dantas pelo apoio recebido em toda minha vida, ao meu Irmão Rodrigo André Cunha Dantas e às minhas sobrinhas amadas Alice e Isabela Dantas.

Ao Professor Dr. Flavio José Nery Conde Malta, Orientador deste Trabalho pelo apoio e conhecimento dedicados a elaboração deste.

À Professora Dra. Maria Dolores Alves Cocco pelas importantes colaborações a esta Pesquisa.

À amiga de Belém e Professora Marcia Costa pelos diálogos e contribuições importantes dia-a-dia.

A todos os Professores deste Programa de Pós-graduação da UNITAU pelo conhecimento e dedicação.

À Ilha do Combu, Pará e seus habitantes sempre tão fortes em seus objetivos de pertencimento a terra amada.

À cidade de Taubaté, São Paulo, lugar onde vivi por tanto tempo estudando.

A todos, meu muito obrigado!

Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei
Transformai as velhas formas do viver
Ensinai-me, ó Pai, o que eu ainda não sei
Mãe Senhora do Perpétuo socorrei

Pensamento, mesmo fundamento singular
Do ser humano, de um momento para o outro
Poderá não mais fundar nem gregos nem baianos

Mães zelosas, pais corujas
Vejam como as águas de repente ficam sujas
Não se iludam, não me iludo
Tudo agora mesmo pode estar por um segundo

Gilberto Gil

**IMPACTOS AMBIENTAIS DOS ASSENTAMENTOS RIBEIRINHOS:
UM ESTUDO DE MANEJO SUSTENTÁVEL NA ILHA DO COMBU, BELÉM, PARÁ**

**AUTOR: MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS
ORIENTADOR: FLAVIO JOSE CONDE MALTA**

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central estudar a degradação ambiental socioespacial, tais como processos de desmatamentos, qualidade de vida da comunidade ribeirinha e economia local causados pelos assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu no entorno de Belém, Pará. Neste sentido, o processo metodológico para a realização desta pesquisa iniciou com a revisão bibliográfica para um melhor entendimento sobre o local de estudo, sendo utilizado o método dedutivo, considerando a pesquisa bibliográfico-documental. Nesta revisão foram pesquisados além de livros e autores já presentes neste trabalho, dissertações e teses sobre a ilha do Combu. Posteriormente foi contactada a liderança local por meio de visita na ilha do Combu, com o objetivo de verificar as formas de relações com a comunidade. Após o contato com a liderança, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto aos habitantes da ilha do Combu com a finalidade de identificar a degradação ambiental por meio dos assentamentos ribeirinhos e que fatores devem ser considerados para que ocorra o manejo sustentável desses assentamentos. Em continuidade a esta pesquisa, por meio de visitas técnicas foi feito um levantamento fotográfico. Os principais resultados deste estudo demonstram que atenção especial deve ser dirigida ao acesso de visitantes principalmente aos finais de semana mesmo considerando que a ilha do Combu com grande extensão, poderia ter esse controle em maior intensidade principalmente nas áreas de maior demanda de acessibilidade desta ilha onde aos finais de semana a demanda por visitantes cresce por restaurantes, bares, festas, passeios e trilhas ecológicas reiterando a degradação ambiental relacionada a presença de lanchas, voadeiras, jet skis e barcos que ao passarem com grande velocidade e força nas águas causam danos irreversíveis às encostas que com o desmoronamento progressivo agravado pelas chuvas constantes na região destroem árvores do entorno e assim fazendo com que os moradores impactados também com este processo, recuem para dentro da floresta, reconstruindo suas palafitas.

Palavras-chave: Assentamentos ribeirinhos; Degradação ambiental; Manejo sustentável.

**ENVIRONMENTAL IMPACTS OF THE RIBEIRINHOS SETTLEMENTS: A
SUSTAINABLE MANAGEMENT STUDY ON THE ISLAND OF COMBU BELÉM,
PARÁ**

AUTHOR: MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS

ADVISOR: FLAVIO JOSE CONDE MALTA

ABSTRACT

The main objective of this work was to study the socio-spatial environmental degradation, such as deforestation processes, quality of life of the riverside community and local economy caused by the riverside settlements on the island of Combu, near Belém, Pará. The accomplishment of this research began with the bibliographical revision for a better understanding about the place of study, being used the deductive method, considering the bibliographical-documentary research. In this review were searched in addition to books and authors already present in this work, dissertations and theses on the island of Combu. Later the local leadership was contacted through a visit to the island of Combu, in order to verify the forms of relations with the community. After contact with the leadership, semi-structured interviews were applied to the inhabitants of the island of Combu in order to identify the environmental impacts of the riverside settlements and what factors should be considered in order for the sustainable management of these settlements to occur. In continuity to this research, through technical visits a photographic survey was made. The main results of this study demonstrate that special attention should be directed to the access of visitors mainly to weekends even considering that the island of Combu to a great extent could have this control in greater intensity mainly in the areas of greater demand of accessibility of this island where At weekends, visitor demand grows through restaurants, bars, parties, walks and ecological trails reiterating the environmental impacts present with boats, jetskis and boats that when passing with great speed and strength in the waters cause irreversible damages to the slopes that with the progressive collapse aggravated by the constant rains in the region destroys surrounding trees and thus causing the residents impacted also with this process, retreat into the forest, rebuilding their stilts.

Keywords: Riverside settlements; Ambiental degradation; Sustainable management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição da metodologia Empregada.	41
Figura 2 - Distribuição de famílias na ilha do Combu ,segundo informações locais..	43
Figura 3 - Ilha do Combu com destaque para o igarapé do Combu.....	44
Figura 4 - Ilha do Combu e seu entorno.....	47
Figura 5 - Assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu – Encostas com processos de erosão.	48
Figura 6 - Projeto <i>Street River</i> , ilha do Combu, Pará	51
Figura 7 - Embarcações típicas da região atracadas na ilha do Combu.	55
Figura 8 - Assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu – Encostas em processos de erosão ocasionando os assentamentos adentro da floresta	55
Figura 9 - Assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu, parte da ilha não impactada em suas encostas.	56
Figura 10 - Desmatamento na ilha do Combu.....	56
Figura 11 - Canoas, lanchas e rabetas; embarcações utilizadas pelos ribeirinhos. ...	58
Figura 12 - Cacau, matéria-prima para produção de chocolate	58
Figura 13 - Assentamento ribeirinho na Ilha do Combu – Encostas com processos de erosão ocasionando os assentamentos adentro da floresta	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das categorias estruturadas e respectivas subcategorias.....	54
Quadro 2- Aspectos Ambientais, Eventos, Degradação Ambiental e Impactos Sociais e Econômicos observados na Ilha do Combu.....	60
Quadro 3 - Resumo da análise de conteúdo, categoria Desenvolvimento Local e Gestão Ambiental em entrevista com os moradores da ilha do Combu.....	62
Quadro 4 - Resumo da análise de conteúdo, categoria Manejo Sustentável.....	64
Quadro 5 - Resumo da análise de conteúdo, categoria Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quanto à água utilizada para consumo dos moradores da Comunidade Igarapé do Combu.....	63
Gráfico 2 - Subcategoria Políticas Públicas.....	66
Gráfico 3 - Subcategoria Economia Local.....	67
Gráfico 4 - Subcategoria Turismo.....	69

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIAP	Diretoria de áreas protegidas
IDEFLOR-BIO	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará.
IMAZON	Instituto do Homem e meio Ambiente da Amazônia
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MFC	Manejo Florestal Comunitário
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
PNGF	Política Nacional de Gestão Florestal
ONG's	Organizações não governamentais
PNOPG	Programa Norte de Pós-Graduação
RECOS	Projeto Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros
RMB	Região metropolitana de Belém
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade
UC	Unidade de conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade federal Rural da Amazônia
UNITAU	Universidade de Taubaté

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	20
2.1 Características acerca da população Ribeirinha na Amazônia.....	20
2.2 Desenvolvimento Local e Gestão Ambiental.....	29
2.3 Manejo Sustentável	34
2.4 Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental.....	37
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	41
3.1 Processos de Coleta de Dados.....	43
3.2 Análise dos Dados.....	45
3.3 Estudo de Caso.....	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE.....	81
ANEXOS.....	83

1. INTRODUÇÃO

O interesse nesta pesquisa se deu a partir do processo de degradação ambiental por meio dos assentamentos ribeirinhos no entorno de Belém, Pará, considerando que a habitabilidade dos ribeirinhos sobre as águas é também uma forma de sobrevivência na várzea amazônica e fator motivador para um estudo de manejo sustentável.

Neste sentido, destaca-se a Ilha do Combu que compõe umas das 39 ilhas que fazem parte da capital paraense é uma Área de Proteção Ambiental (APA) operacionalizada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), o qual reitera os conceitos de sustentabilidade tão conhecidos e vivenciados pelos moradores desta comunidade ribeirinha. Esta APA e seus habitantes compõem as populações tradicionais ribeirinhas e é maior produtora de açaí da do Estado do Pará além de frutos como o cacau e plantas medicinais importantes a tradição da cultura paraense.

Em 24 de outubro de 2008, foi realizada a Criação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu – APA Ilha do Combu criada pela Lei Estadual nº. 6.083, de 13 de novembro de 1997, considerando a legislação estadual, os Planos Diretores Municipais e o Código Florestal Brasileiro, a Ilha do Combu foi reconhecida como área de proteção ambiental, observando cuidados e restauro da diversidade biológica recursos da fauna e flora ameaçados de extinção, assim como fomentar o desenvolvimento sustentável, por meio de planejamento, controle e organização dos recursos naturais e conquista da qualidade de vida de seus habitantes, porém a ausência do poder público se traduz por meio de questões que poderiam ter ações eficazes a população tradicional ribeirinha a qual se mantém posicionada em áreas que sofrem com as mudanças inerentes ao meio ambiente.

A ilha do Combu fica apenas 10 minutos de barco do centro da capital do estado do Pará, Belém. A vida dos ribeirinhos às margens dos igarapés e furos trazem muitos turistas a este espaço natural em busca de lazer e tranquilidade por meio da fauna e flora local, mantendo assim, uma relação próxima entre Belém e o lazer que a ilha do Combu em plena bacia amazônica proporcionada por meio de seus bares, restaurantes e os banhos de rio em seus furos e igarapés presentes ao longo da ilha.

Em 1997, por meio da Lei Estadual nº 6.083, de 13 de novembro deste ano, a ilha do Combu foi considerada à categoria de Área de Proteção Ambiental, de acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 2000, tendo como fim proteger os recursos naturais da região do Combu, busca pela melhoria das condições de vida da população e um melhor e crescente desenvolvimento sustentável da área.

A população ribeirinha sobrevive principalmente da pesca artesanal, do turismo e do extrativismo vegetal, principalmente do açaí, que é beneficiado e transportado para a população de Belém onde o consumo do açaí também é intenso. Sendo assim, o açaí - fruto que compõe a cadeia produtiva do homem ribeirinho da ilha do Combu é estudado nesta floresta de várzea para que os pesquisadores possam entender os processos como regeneração natural e da recomposição da árvore do açaizeiro em todo seu contexto e sua relação com a energia solar.

Os ribeirinhos da ilha do Combu desenvolvem suas atividades econômicas, tais como a pesca artesanal, a caça, o roçado e o extrativismo de forma consciente com a preservação ambiental e assim consideram importante a manutenção dos recursos oriundos da flora e sua disposição com a natureza, de maneira próxima. O povo ribeirinho da ilha do Combu lida com limitações que vêm da floresta e também do rio buscando assim, possibilidades e obtenção para o sustento de suas famílias.

Os ribeirinhos são ativos e se esforçam no sentido de buscar sua subsistência por meio da venda de frutos como o açaí, cacau, andiroba, pupunha e copaíba entre outros frutos o que gera renda com a comercialização desses produtos nos portos de Belém e feiras contribuindo com o abastecimento da capital paraense. Os ribeirinhos são povos que geralmente tem baixo poder aquisitivo e sofrem com as poluições dos rios por meio de esgotos, assoreamentos e a erosão.

De acordo com Reis; Silva; Pontes (2012), a população do Pará possui um percentual menor de habitantes na área rural, inclusos os ribeirinhos que representam parte dos diversos modos de vida dos povos amazônicos com suas experiências e saberes relacionados à utilização do o espaço que ocupam.

Outro ponto de destaque são as construções das habitações das comunidades ribeirinhas da ilha do Combu denominadas palafitas, casas feitas de madeiras e suspensas por estacas por onde passam as águas dos rios, são construídas pelas populações ribeirinhas e habitadas pelas mesmas e tem implicações ambientais tais como dificuldades de saneamento (água encanada,

sistema de esgoto, coleta e separação de resíduos sólidos, destino dos efluentes sanitários, descarte de resíduos sólidos, erosão do solo e água potável, banheiros que se localizam na parte externa da casa).

No cotidiano da ilha do Combu, a degradação ambiental por meio dos assentamentos ribeirinhos é frequente e como garantia da renovação desses recursos imprescindíveis é que a cada dia tem se adotado o manejo florestal sustentável fundamentado na lei da gestão de florestas públicas.

A cultura ribeirinha nas práticas e fazeres do dia-a-dia se mantém por meio das tradições culturais principalmente na alimentação e nos remédios caseiros feitos à base de plantas. Essa cultura se revela nos cuidados com suas habitações incluindo limpeza, refeições e roupas pessoais, e ainda, atividades produtivas de pesca e extrativistas assim como criações de aves como galinhas, patos e também porcos.

Em relação a sua dimensão espacial o homem preserva seu território mesmo com ocorrências de derrubadas eventuais de árvores justificadas em sua maioria pela “necessidade que os açazeiros têm para sua subsistência de claridade oriunda do sol”.

O arranjo espacial ribeirinho da ilha do Combu possui trilhas ecológicas criadas e mantidas pela comunidade as quais em todo o seu processo são visíveis atividades práticas de manejo favoráveis a manutenção da floresta. Os visitantes que participam dos passeios nas trilhas podem fazê-los acompanhados ou não de um guia, porém o visitante sempre será orientado a respeitar a sinalização dos limites da trilha.

A atenção e o cuidado no processo da conservação e do uso sustentável das áreas ribeirinhas têm sido pesquisados por diversas instituições de ensino importantes, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Pará (UFPA).

As transformações ocorridas na área de proteção ambiental da ilha do Combu ao longo dos últimos 20 anos no que concerne a degradação socioespacial da população ribeirinha foco deste estudo, tem sido célere e se relacionam também com a expansão do turismo e o estabelecimento de restaurantes típicos, projetos artesanais de criação e ação coletiva da comunidade com foco na utilização sustentável de recursos naturais locais gerando possibilidades de crescimento econômico às famílias da ilha.

A abordagem das questões envolvendo transformações em um momento contemporâneo e a perenidade da educação ambiental traz a percepção dos princípios da sustentabilidade, da complexidade e da interdisciplinaridade observados em pesquisas realizadas constantemente neste habitat natural.

Na concepção de Leff (2001), o pensamento pautado na ecologia, e que constitui uma racionalidade produtiva, reitera ações desenvolvidas envolvendo o habitat ribeirinho considerando o mundo contemporâneo e sua inter-relação com o ecossistema, suporte tecnológico e costumes das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, estudar a degradação ambiental e questões socioeconômicas dos assentamentos das populações ribeirinhas da Ilha do Combu no entorno da cidade de Belém, Pará, e o processo de transformação espacial decorrentes, tendo como prioridade seu manejo sustentável tem importância quando se considera que esta população tem conhecimento da riqueza de sua fauna e flora, mantendo uma relação próxima e diferenciada fomentada pela comunidade científica que a valoriza por meios de pesquisas científicas nesta Área de Proteção Ambiental (APA).

A educação ambiental encontra pilares fundamentais nos princípios da sustentabilidade, da complexidade e da interdisciplinaridade tendo importância imensurável nesta pesquisa considerando que a questão sustentável está intrinsecamente relacionada aos processos de gestão e planejamento ambiental construindo saberes por meio de diversas ciências tais como: Administração, Direito, Biologia entre outras, o que torna este estudo construtivamente interdisciplinar em todo seu contexto.

Sendo assim, o que justifica a realização desta pesquisa do ponto de vista acadêmico é a contribuição deste trabalho com o entendimento da degradação ambiental de natureza socioespacial provocada pelos assentamentos ribeirinhos no entorno da Ilha do Combu, e quais os fatores devem ser considerados para que ocorra o manejo sustentável do processo de transformação relacionado a essa degradação.

Esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Quais são os processos de degradação ambiental de natureza socioespaciais provocados pelos assentamentos ribeirinhos no entorno de Belém, ilha do Combu, e que fatores devem ser considerados para que ocorra o manejo sustentável do processo de transformação relacionado a essa degradação?

Assume-se como hipótese de que a degradação ambiental provocada pelos assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu, Pará, ocorra pela ação antrópica por meio de agricultura itinerante, atividades madeireiras, entre outras atividades, que ao adentrar a floresta provocam alterações neste espaço, possibilitando formas de manejo sustentável.

Para realização de tal pesquisa coloca-se como objetivo geral desta dissertação estudar a degradação ambiental e socioespacial tais como processos de desmatamentos, qualidade de vida da comunidade ribeirinha e economia local causados pelos assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu no entorno de Belém, Pará.

E como objetivos específicos: compreender a relação entre os habitantes ribeirinhos e o ambiente nos aspectos social, econômico e espacial; analisar a degradação ambiental socioespacial decorrente desta relação com o propósito de sugerir medidas para sua adequação sustentável com o meio; e por fim, estudar as possibilidades de manejo sustentável dos processos de assentamento ribeirinhos da ilha do Combu, no entorno de Belém, Pará.

A dissertação foi estruturada em uma introdução e mais quatro capítulos:

O capítulo I apresenta a Revisão da Literatura com as características acerca da população ribeirinha na ilha do Combu falando sobre as populações ribeirinhas no entorno de Belém, Pará e de como estas apresentam elevado índice de ocupações às margens do rio. Essas comunidades ribeirinhas vivem do extrativismo na região desde a época colonial, constituem parte das populações tradicionais amazônicas vivendo a beira dos rios onde constroem suas palafitas vivenciando a crítica realidade da poluição dos rios assim como problemas de erosão. Em seguida apresenta-se cada categoria teórica utilizada neste trabalho, a saber: O desenvolvimento local e a gestão ambiental; Manejo sustentável; Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental.

O capítulo II apresenta os materiais e métodos da pesquisa. Neste, está o Processo de Coleta dos dados; a Análise dos dados e o Estudo de Caso. Este capítulo traz informações acerca do método de procedimento da pesquisa *in loco*, das etapas do processo desta pesquisa; bem como o método de abordagem baseado na análise de conteúdo de Laurence Bardin.

O capítulo III abrange os resultados da pesquisa e as discussões constituídos a partir das visitas realizadas na ilha do Combu e entrevistas com os ribeirinhos,

conforme cronograma estabelecido pela Unitaú. O estudo das formas de manejo sustentável dos assentamentos ribeirinhos considerando suas implicações ambientais para esta pesquisa contribuiu com a análise sobre os espaços utilizados onde se localizam as palafitas considerando a questão geográfica e análise das condições sociais, econômicas e ambientais obtendo dessa forma resultados que possam contribuir para a melhoria da comunidade e da população ribeirinha e seus assentamentos.

Por fim, o Capítulo IV, as considerações finais, com análise e reflexão sobre o que foi abordado no decorrer dos capítulos deste trabalho, dando ênfase para os resultados obtidos na pesquisa *in loco* e numa reflexão para despertar a atenção dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento da ilha do Combu.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Características Acerca da População Ribeirinha na Amazônia

Nos tempos de seca observam-se ações, por parte das populações ribeirinhas, de cultivo e colheita da plantação de verduras e frutas como o açaí, bacuri e a importante planta medicinal amazônica, copaíba. Ações diversas como o preparo da farinha até a chegada do tempo da alagação, como é denominado o período das chuvas o que faz com que a colheita durante a seca seja consumida com o peixe que é pescado até esperar a finalização das chuvas, retratam o recomeço de um novo ciclo.

Parolin et. al. (2004), afirma que o estuário amazônico é formado por um complexo de ilhas e por regiões com florestas de várzeas, e estas são influenciadas pelas marés oceânicas e assim apresentam um ciclo de enchentes e outro de vazantes.

Conforme afirma Buschbacher (1990 apud PUTZ, 1993), as populações ribeirinhas no entorno de Belém, Pará, apresentam elevado índice de ocupações às margens do rio. As comunidades ribeirinhas do estuário amazônico vivem do extrativismo na região desde a época colonial. Tais populações constituem parte das populações tradicionais amazônicas vivendo a beira dos rios onde constroem suas palafitas vivenciando a crítica realidade da poluição dos rios assim como problemas de erosão. A velocidade dos barcos com a conseqüente movimentação das águas do rio eleva a queda dos barrancos que ao longo do tempo desmoronam provocando a construção de novas habitações adentro da floresta.

Nesse sentido, Leff (2001) discute sobre a impossibilidade de se resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e suas causas, sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Cruz (2008, p. 52) explana:

[...] que historicamente se sedimentou no imaginário social, um conjunto de representações, imagens e ideologias sobre a Amazônia, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Diferentes “olhares” vão de um extremo ao outro.

Da floresta vem a madeira, já em processo de extinção que serve para fazer barras de sustentação denominadas de barrotes. As casas denominadas palafitas são construídas utilizando a madeira como principal alternativa de construção. Um grande número dessas moradias, palafitas não possui energia elétrica, água encanada e saneamento básico. Observa-se também a extinção da palha que servia de cobertura destas palafitas com durabilidade em média de quatro anos. Atualmente, os moradores ribeirinhos como forma de suprir a palha estão utilizando folhas de alumínio para cobrir suas moradias e assim amenizar o calor.

Nas comunidades ribeirinhas são perceptíveis sinais contemporâneos no dia a dia dos moradores, como a utilização de materiais na construção de algumas casas cobertas com telhas de barro, material não comercializado e também não encontrado na ilha do Combu, porém, adquirido na cidade de Belém e a instalação da energia elétrica, possibilitando a utilização de aparelhos celulares concomitantemente às margens do rio. Utilizam como transporte principal, rabetas que ficam atracadas aos trapiches e posicionadas firmemente a frente das palafitas.

As mudanças observadas ao longo do tempo na relação homem ribeirinho com os componentes naturais no entorno da Ilha é observada por Santos;

O que nos chamou a atenção, sobretudo, os equilíbrios tradicionais foram rompidos e as parcelas de espaço, que viviam anteriormente de acordo com uma dinâmica própria, passaram desde então a participar de um sistema mais amplo cujo domínio escapa às sociedades locais. (SANTOS, 2011, p. 140)

As atividades econômicas desenvolvidas pelos habitantes da ilha do Combu acontecem por meio da agricultura e artesanato assim como pela proximidade dos rios, os ribeirinhos complementam sua sobrevivência por meio da pesca, turismo, roçado e do extrativismo.

Desta forma, os ribeirinhos, em geral, demonstram condições socioeconômicas diferenciadas no que tange a outras populações tradicionais. Relaciona-se isso a questões sociodemográficas, antropológicas e geográficas. A extensão geográfica de algumas comunidades ribeirinhas é um dos importantes

motivos divisores de possibilidades de acesso aos serviços básicos de saúde e educação, saneamento, trabalho e moradia. Sendo assim, Morim (2014), afirma que os povos tradicionais têm o isolamento social e econômico como uma característica comum a eles, o que os torna passíveis de ações e programas de controle de qualidade de vida.

Um pensamento comum a todos os pesquisadores, estudiosos e órgãos de controle reitera que qualquer atividade ambiental para ser concretizada e conceituada como sustentável precisará ter elementos verdadeiros de manejo ecológico, viabilidade financeira e socialmente justa, ou seja, há a formação de uma equação que trará resultados possivelmente concretos utilizando sempre mecanismos corretos respeitando o exercício de um manejo eficiente e eficaz, conforme afirma o Decreto nº 1182/94: “O manejo florestal deve ser entendido como a ação de administração da floresta de modo a se obter benefícios econômicos e sociais, respeitando-se mecanismos de sustentação do ecossistema”.

O manejo florestal tem conquistado cada vez mais espaço como alternativa para comunidades rurais na América Latina. Isto pode ser explicado pela importância relativa da floresta para mais de 250 milhões de pessoas, bem como pela extensa área (aproximadamente 25 % da cobertura florestal) sob domínio de populações tradicionais e camponeses (AMARAL, 2005, p.14)

A discussão referente aos assentamentos ribeirinhos e manejo sustentável no entorno de Belém, Pará, é profícua. Diversos projetos de dentro e fora do Brasil buscam mecanismos de contribuição a sustentabilidade ribeirinha tais como:

Ecosistemas Costeiros Amazônicos: características ecológica, desafios sociais e desenvolvimento sustentável, apoio: PNOGP/CNPQ

- Preservação e difusão do acervo fotográfico sobre ecossistemas costeiros amazônicos, apoio: CNPq,
- Uso e o Projeto denominado Apropriação dos Recursos Costeiros – RECOS, apoio: MCT/Institutos do Milênio entre outros, buscam mecanismos contribuição a sustentabilidade ribeirinha.

A legislação nacional tem importante e fundamental existência como suporte jurídico para a eficácia e aplicabilidade das políticas públicas no que se refere aos

processos ambientais focados no desenvolvimento sustentável. A Constituição do Brasil recomenda entre seus artigos o seguinte:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, (BRASIL, 1988).

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 em seu artigo 3º instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais onde reconheceu a existência dos povos e comunidades tradicionais, dentre os quais estão os ribeirinhos, instituindo uma política nacional voltada para as necessidades específicas desses povos.

A população ribeirinha posicionada às margens dos rios tem seu desenvolvimento ao longo da vida totalmente relacionada ao meio em que vive. Inúmeras possibilidades de manejos sustentáveis surgem com o passar dos anos com mudanças observáveis. Apesar de viver a margem da cidade grande, esta população cria incessantemente possibilidades estruturais de sobrevivência.

Conforme Lima (2004), o homem ribeirinho compõe uma forma de população tradicional, dirigida por valores que regem um modelo de comportamento comunitário dos recursos naturais onde desenvolvem ações sobre como lidar com situações de inundações, tempo de secas, problemas de saúde assim como questões associadas à sua subsistência, quando do exercício de manejo da pesca, desenvolvimento da agricultura e a necessidade de ações de extrativismo florestal.

De acordo com sua forma de vida, as populações tradicionais ribeirinhas são o *locus* onde seu povo desenvolve seus processos de interação social, em que as águas do rio lhe traduzem uma relevância muito grande, caracterizando-se como fundamental complemento de suas vidas ou, até mesmo, suas próprias vidas, como afirma Cruz (1999, p. 4),

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

Conforme Lira, Costa, Fraxe, & Witkoski (2014), o manejo da terra e dos recursos naturais se constitui na principal forma de preservação e reprodução material e simbólica dos povos de floresta. A recusa desse entendimento para o homem ribeirinho representa uma afronta ao seu poder de sua tenacidade em relação a sobrevivência desta comunidade e um desprezo continuado de sua condição como seres dotados de conhecimento e de seus direitos, visto que a manutenção da biodiversidade e de todas as riquezas presentes da Amazônia oriunda diretamente do manejo secular desses povos sobre a terra, águas e a floresta onde habitam.

O conceito de sustentabilidade amplamente falado e discutido tem levado inúmeros pesquisadores a conceituar sua verdadeira aplicabilidade como afirma Cavalcanti (1998, p. 165):

[...] sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Numa situação sustentável, o meio ambiente é menos perceptivelmente degradado, embora, como sabemos, o processo entrópico nunca cesse, procedendo invisível e irrevogavelmente levando ao declínio inflexível do estoque de energia disponível na terra. Conceituar sustentabilidade remete todos os envolvidos a vida. Revela a continuidade em assegurar as leis da natureza.

O povo ribeirinho tem uma relação intensa com seu habitat por meio da prática diária da pesca, caça e extrativismo como fontes de renda e vida. Nesse contexto, essas práticas propiciam um processo de conscientização por parte desta população tradicional quando da conservação da diversidade biológica e cultural, pois em sua realidade o entendimento e senso de preservação é comum a todos.

Costanza (1991), em sua afirmação sobre sustentabilidade, demonstra a relação entre os sistemas econômicos e ecológicos onde possam ocorrer mudanças na vida humana, sob o aspecto individual, coletivo, cultural em que as atividades humanas permaneçam dentro de limites a fim de que não destruam a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico que dão suporte à vida.

A preocupação com o respeito e continuidade da utilização dos recursos naturais do homem ribeirinho devidos a eles transcende toda a legislação teoricamente vigente. Com a ausência de processos fiscalizadores eficazes a comunidade da ilha do Combu há a sustentação flexível dos habitantes quanto as

ações do tempo como enchente, cheias e recuos das águas conforme Cruz (2007, p. 218):

A relação do camponês-ribeirinho com a água (lago/rio) se dá no sentido ao qual se refere Woortmann (1990) com relação à terra, ou seja, corresponde uma relação de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda à água e reproduz vida. Essa fecundação ocorre efetivamente a partir do momento do início da preparação da terra para a pesca. Em seguida, é necessário esperar a próxima enchente/cheia para que a água possa nas palavras dos moradores “ajudar a preparar a terra”. Na sequência, quando ocorre o recuo das águas, os caboclos ribeirinhos terminam de preparar a terra para prática pesqueira. Portanto, somente no segundo ano, que corresponde à segunda enchente/cheia, é que os caboclos irão praticar a pesca do lanço.

Alguns estudiosos após conviverem em assentamentos se reservas extrativistas reiteram a realidade observada conforme Rodrigues (2010, p. 12-13):

O homem em meio a floresta, na beira dos rios, nas reservas extrativistas, nas comunidades indígenas, ou até mesmo na cidade, necessitava mais do que eu pensava, necessitava de políticas públicas competentes, sem fachadas, sem delongas, não precisava de propagandas, mas sim de pessoas imbuídas de verdades, sem vaidades pessoais, reconhecidas pelas suas concepções de levar adiante seus projetos e não abandonarem o homem da floresta em meio a tantas expectativas.

Segundo Magnoli (1986, p. 60):

o ambiente é o resultado das interações entre a sociedade humana e a base física e biológica que a envolve, para sua sobrevivência biológica e espiritual, e a paisagem é conformação e configurações do ambiente. Os assentamentos ribeirinhos além de todo os processos que vivenciam referentes a pesca, extrativismo e roça protagonizado por seus habitantes tem o cultivo, plantio e extração de plantas medicinais muito importantes para a região amazônica e comercializadas para fora da região.

A correlação entre a legislação ambiental em toda sua composição determinando ações de proteção nas áreas protegidas e práticas executantes cotidianas tem posicionamentos diversos da população onde é comum observar a preocupação dos moradores do Combu, *lócus* deste estudo, sentimentos de preocupações com invasores propensos a retiradas de parte de recursos naturais sem processos racionais necessários causando eventuais devastações na fauna e flora a partir do momento que há situações de extração de madeira sem licenciamento devido dos órgãos legisladores, plantas nativas e medicinais e pesca realizada por devastadores que chegam e se apropriam da espacialidade da Ilha.

A defesa dos recursos naturais propagada por pesquisadores, ambientalistas e pessoas em geral preocupadas com o meio em que vivem, colocam sempre em discussão a empregabilidade efetiva das ações legisladoras, onde neste estudo, a extração do açaí que se traduz na base da economia da Ilhado Combu, não tenha sua continuidade de forma predatória fortalecendo assim a defesa contínua de seu território.

As ações da legislação brasileira no que tange ao seu posicionamento quanto a questão ambiental são executadas por meio da Lei N° 6.938/1981, que dita sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

A Lei 6.938 estabelece:

Art. 2° - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I – Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso nacional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - Recuperação de áreas degradadas;

IX - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

O desafio da sobrevivência do homem ribeirinho está inerentemente ligado a legislação citada e vigente como instrumento de gestão ambiental. A celeridade do processo de degradação ambiental observada atentamente por todos os habitantes e visitantes por meio do turismo existente e crescente requerem o controle e a fiscalização do território constante da legislação aqui discutida.

De acordo com a resolução Conama N° 001 de janeiro de 1986:

O impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

Fdez.-Vitora (1997), afirma que:

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 225, parágrafo 1º, IV Constituição Federal c.c. art. 9º, III da Lei 6.938/81). A AIA é um procedimento jurídico-administrativo que tem por objetivo a identificação, previsão e interpretação dos impactos ambientais que um projeto ou atividade produzirá no caso de ser executado, assim como a prevenção, correção e valoração dos mesmos, tudo isso com a finalidade de ser aceito, modificado ou rejeitado por parte das administrações públicas competentes.

A abordagem envolvendo degradação ambiental tem relação visível quase sempre com questões antrópicas factuais resultando em uma extensa diversidade de degradação negativa como a degradação de áreas e poluição ambiental.

Quanto aos estudos desenvolvidos o processo de degradação ambiental socioespacial observado na ilha do Combu, onde o homem ribeirinho com suas características amazônicas tem-se questões relacionadas às habitações, ações erosivas ocasionadas pela velocidade das embarcações e enchentes, problemas com remoções, assentamentos informais, moradores em situação de risco, e também relacionados à questão trabalhista, como trabalhadores informais entre outros.

Ainda, quanto a degradação socioespacial e a questão urbana, de acordo com Monte-Mór (1994) e Cardoso; Lima (2006), as regiões urbanas não se limitam às cidades e vilas, porém se prolonga na dimensão amazônica em uma extensa diversidade de arranjos socioespaciais, como os projetos de assentamentos, unidades de conservação, territórios indígenas, comunidades com populações ribeirinhas, áreas com processos de mineração e de indústrias, pista de pouso e sedes de fazendas.

A relação do homem com a proximidade aos rios sempre foi marcante ao longo dos tempos na Amazônia que, com uma rede hidrográfica extensa atende essa aproximação dos ribeirinhos no que tange a obtenção de suas necessidades tais como processos de locomoções internos, a Belém e outras localidades, pesca, banhos, lazer e água como consumo diário.

Cruz (2008, p. 55), ao discutir o conceito e identificação do ribeirinho como personagem amazônico afirma que não é a simples localização que implica na construção de uma identidade ribeirinha, mas sim os processos, as relações

socioespaciais e histórico-culturais que engendram um sentido e um sentimento de pertencimento.

A relação desse homem com seu habitat natural reitera processos de agregação de valores históricos, culturais e sentimentos fortalecedores da fauna e flora do lugar.

O ribeirinho em geral desenvolve um modo de vida baseado no princípio da indissociabilidade água-terra-trabalho, formando uma espécie de amálgama. Por essa razão, não é possível a existência de um ribeirinho sem uma relação orgânica com o rio e/ou lago (CANTO *et. al*, 2009, p. 228).

A relação vivencial do ribeirinho com o ecossistema é traduzida também na afirmativa de Gonçalves (2005) que os ribeirinhos da Amazônia desenvolvem diversas atividades econômicas que estão relacionadas ao uso dos recursos existentes no ambiente. O plantio de cacau, açaí, andiroba, bacuri e outras espécies reiteram processos econômicos gerando renda e trabalho ao povo habitante das comunidades ribeirinhas.

No contexto das relações ambientais das comunidades tradicionais ribeirinhas citadas no parágrafo anterior e sua realidade produtiva por meio de suas ações de manejo sustentável há também as importantes formas de organização socioespaciais, nessa relação há uma diversidade de níveis, tanto político, econômico, cultural, social, inclusive acadêmico.

Estudos sobre o processo de recuperação de áreas degradadas, assim como a criação de uma área de proteção ambiental, geram melhor qualidade de vida. Nas diversas formas de distribuição socioespacial do homem ribeirinho o impacto humano a outros seres vivos tem sua ocorrência pesquisada e questionada por pesquisadores ao analisarem o impacto humano a outros seres vivos, entenda-se o exemplo de uma árvore que ao ser derrubada, não causa prejuízos somente à outras espécies vegetais, porém quando de sua queda pode possivelmente causar mortes de espécies da fauna e flora que compartilha a área florestal desmatada.

A socialização e territorialidade do povo ribeirinho reforça a socioespacialidade do lugar, podendo-se observar processos de desenvolvimento crescentes de manejos sustentáveis na ilha do Combu, observâncias advindas dos habitantes do lugar os quais sugerem um processo de melhor continuidade da necessidade sustentável do lugar.

Sendo assim, torna-se fundamental o reforço e atuação de todos os atores envolvidos para que entendam e percebam a natureza do lugar que habitam como um bem a ser preservado com atitudes de preservação para fins de evitar casos de derrubadas de árvores frequentes na ilha do Combu sem o devido cuidado de preservação ao lugar, na busca por melhorias econômicas, sociais e culturais pautadas na sustentabilidade do local.

2.2 Desenvolvimento Local e Gestão Ambiental

Sobre o desenvolvimento local, compreende-se um sistema produtivo localizado, capaz de gerar rendimentos através da utilização das potencialidades do local e conseqüentemente, de criar riqueza e melhoria da qualidade de vida da população desse local. Não esquecendo a importância da sinergia entre os atores sociais envolvidos neste processo.

Dentro dessa lógica, Barquero (apud ZAPATA, 2000, p. 32) aponta:

Desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local.

Outra definição é apresentada a partir de Zapata (2000) e Llorens (2001) e onde os autores definem o desenvolvimento local como aquele que pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano e um processo de desenvolvimento econômico no qual os resultados promovam a melhoria do nível de vida da população. Os autores apontam que tal resultado deve ser conduzido por quatro dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental.

A primeira dimensão, a econômica, deve estar relacionada com a capacidade de utilização e articulação dos fatores produtivos intrínsecos (endógenos) com o objetivo de gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo cadeias produtivas

locais, não esquecendo a capacidade organizacional dos fatores produtivos locais com níveis de produtividade suficientes para serem competitivos nos mercados.

A dimensão sociocultural tem como premissa a maior equidade social, realizada através da participação do cidadão nas decisões de poder. Nesse caminho, a dimensão político-institucional pressupõe maior representação dos segmentos sociais, permitindo a construção de políticas negociadas entre os agentes governamentais, o mercado e a sociedade civil tornando possível uma inovação favorável às transformações da economia local e o resgate da cidadania. A quarta e última dimensão, a ambiental, aparece como um pressuposto de sustentabilidade a esse desenvolvimento no sentido de compreender o meio ambiente.

Buarque (2002, p. 25) apresenta o desenvolvimento local como “[...] um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos [...]”. Destaca-se então, a importância deste tipo de desenvolvimento ser consistente e sustentável no sentido de contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade da economia local assegurando também a conservação dos recursos naturais (base de sustentação das potencialidades).

Esse desenvolvimento endógeno, geralmente requer um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de forma que possa proporcionar o arraigamento socioeconômico e cultural de uma localidade.

O desenvolvimento local sustentável resulta em uma integração entre qualidade de vida, eficiência econômica (com agregação de valor na cadeia produtiva) e gestão pública eficiente. Portanto, qualquer estratégia para promover o desenvolvimento local deve se estruturar pelo menos em três grandes pilares: 1) Organização da sociedade; 2) agregação de valor na cadeia produtiva; 3) reestruturação e modernização do setor público local (BUARQUE, 2002).

O desenvolvimento local é um processo pelo qual se mobilizam pessoas e instituições com o objetivo de transformar a economia e a sociedade de um local, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população. Então, pode-se dizer que se está perante uma iniciativa de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas

do local, resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente local. É uma característica importante inserida nessa concepção é o caráter urbano da vida social que acentua a tendência ao estabelecimento de padrões comuns entre as diferentes localidades (JESUS, 2003).

Na perspectiva de Llorens (2001), os aspectos socioeconômicos devem ser debatidos acerca da ideia de desenvolvimento econômico não apenas vinculado aos aspectos quantitativos, ou só macroeconômicos ou só microeconômicos, mas sim em uma visão mesoeconômica, ou seja, que possa englobar além do fator econômico, a sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido pode-se afirmar que esse tipo de desenvolvimento econômico a que Llorens se refere está baseado na utilização de recursos endógenos e quase sempre conduzido por empreendimentos, sejam de pequeno porte, sejam de médio porte ou outro tipo de empreendimento, e tem recebido pouco apoio político ou administrativo por parte das esferas centrais da administração pública. O surgimento dessas iniciativas de desenvolvimento local vem, essencialmente, sendo conduzido por agentes territoriais, mediante a articulação de esforços diversos.

Santos e Rodríguez-Garavito (2006) apresentam a definição de um desenvolvimento local de base, de baixo para cima. A tomada de decisão sobre esse progresso não é recebida como algo exclusivo do Estado ou de parte da sociedade, elites econômicas locais. Os referidos autores observam dentro da sociedade civil o personagem maior desse processo de construção coletiva. Este entendimento concebe um potencial para que o resultado econômico dessas experiências chegue ao ambiente político e resulte em um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão política e socioeconômica.

De acordo com Sen (2010, p. 28), “[...] Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda”.

Observa-se um reconhecimento disseminado de que a ideia do desenvolvimento é tornar melhor a qualidade de vida e o bem-estar social dos seres humanos e das comunidades. Ele não reflete sobre um conjunto vazio. O desenvolvimento ocorre em um território específico, uma determinada comunidade,

em um território específico, sendo clara a natureza territorial do desenvolvimento e sua celeridade.

O desenvolvimento local passa a ser uma alternativa para as comunidades locais assumirem o perfil de protagonistas desse processo (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009; FARIA, 2012; MARTÍNEZ; VILLA; VÁZQUEZ, 2013).

Dessa forma, os processos voltados ao meio ambiente e a interferência do homem na ilha ocasionam também a procura por caminhos que apontem para o desenvolvimento local e a sustentabilidade da ilha do Combu.

Dias (2011), afirma que foi na segunda metade do século XX que se iniciou uma mudança universal, que se concretizou em uma série de conferências, tratados, encontros e acordos que foram firmados por todos os países. Concomitantemente, possibilitou-se uma interação maior das comunidades por meio das organizações não governamentais focadas ao meio ambiente, resultando no final do século XX com a concepção de uma nova estratégia de crescimento que destaca o meio ambiente não mais como detentor dos restos da sociedade industrial, mas como parte integrante e necessária de qualquer progresso que os seres humanos queiram realizar.

Conforme a Constituição Federal do Brasil, Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu Decreto regulamentador (4.281/02), esta deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais, intervenham de modo qualificado, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais, quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído (QUINTAS, 2006 p. 13).

Para a devida eficácia de um modelo de desenvolvimento para a Ilha do Combu focado no uso sustentável dos recursos naturais se faz necessário o conhecimento e amplitude das populações tradicionais e suas formas de manejo diretamente relacionadas a formação de ecossistemas diferenciados considerando sempre a manutenção da biodiversidade. A esse respeito, Barquero (2001, p. 6) afirma: *“El desarrollo económico y la dinámica productiva dependen de la introducción y difusión de las innovaciones e el conocimiento, que impulsan la transformación y renovación del sistema productivo [...]”*

Conforme Kitamura (2001), as Unidades de Conservação, principalmente as de uso sustentável, têm adquirido uma função essencial na conservação da biodiversidade na Amazônia, mesmo ameaçadas por ações econômicas que não estejam relacionadas com a própria cultura original, algumas ilhas da região, como a do Combu, verificam intensivamente a busca por alternativas de uma economia mais rentável a sobrevivência das comunidades concomitantemente ao reforço a busca por conter estas possíveis ações de devastação do ecossistema estudado.

Nessa discussão, insere-se a gestão ambiental apresentada por Leff (2001) como a forma de administrar a utilização dos recursos naturais, com a finalidade de minimizar a degradação ambiental gerada pelo o ser humano enquanto ser social. Assim afirma o autor; que a degradação ambiental gerada pelo homem se posiciona sob três vertentes que estão inter-relacionadas tais como a diversidade dos recursos extraídos do ambiente natural, a celeridade de extração dos recursos, que permitem ou não sua reposição e as diversas formas e diferenciadas na disposição e tratamento dos resíduos sólidos gerados.

As comunidades tradicionais conseguiram o reconhecimento e formalidade de sua existência apenas em 7 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto Presidencial nº. 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e define em seu artigo 3º, inciso I, *verbatim ad verbatim*:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Em seu processo de construção a gestão ambiental, desenvolve fundamental associação do trabalho sustentável desenvolvido pelas populações ou comunidades tradicionais nas unidades de conservação ao espaço em que habitam. As ações destas pessoas para a conservação das áreas contempladas por recursos naturais são factualmente importantes pela forma do manejo nativo sustentável que realizam nas florestas tropicais, com o aprendizado e vivência de anos (para os nativos, desde a infância) incluindo o conhecimento da comunidade considerando a observação, experimentação e cuidado com o meio ambiente.

A própria relação extrativista de cuidado e atenção harmoniosa respeitando os ciclos naturais, reafirma a fundamentação destes povos com suas práticas ambientais mantendo assim a preservação de suas identidades culturais e fortalecimento do ecossistema que compõe seu espaço territorial.

2.3 Manejo Sustentável

O Manejo Florestal Sustentável pode ser compreendido como a administração da floresta com respeito ao ecossistema, no intuito de obter benefícios econômicos, sociais e ambientais. Esse manejo utiliza as múltiplas espécies florestais, bem como outros bens e serviços florestais (PNGF, 2018).

Nesse sentido, vale destacar o Manejo Florestal Comunitário definido por De Camino (2002) como o manejo que se encontra sob a responsabilidade de uma comunidade, ou de um local, ou um grupo social que trabalham com direitos e deveres com a floresta, ao longo prazo. Os aspectos econômicos, sociais e ambientais tornam-se objetivos inseridos em um processo que integra paisagem ecológica e cultural promovendo a diversidade de produtos que são utilizados para consumo e para o mercado.

De Camino (2002, p.60) ainda destaca:

Hay muchas situaciones novedosas en manejo forestal comunitario en América Latina, pero le falta mucho aún para pasar de ser un conjunto de proyectos aislados, pequeñas joyas, a ser un movimiento transformador a través del cual el manejo forestal contribuya eficazmente al desarrollo sostenible.

O Manejo Florestal Comunitário pode ainda ser compreendido como um conjunto de procedimentos técnicos e administrativos para produzir madeira e produtos não-madeireiros com o mínimo de danos à floresta (IMAZON, 2013). Destaca-se o compromisso assumido pela comunidade em planejar suas ações de forma a cuidar da floresta para garantir sua conservação e tudo que envolve a vida desta comunidade, tais como a saúde, meio ambiente, educação, cultura, renda; e que traz benefícios do ponto vista econômico, social, ambiental e legal (IMAZON, 2013).

Dessa forma, o plano de manejo como um instrumento de planejamento e reconhecido pela Lei nº 9.985/2000, como:

[...] um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Ora, as populações ribeirinhas posicionadas às margens dos rios se relacionam diretamente com os mesmos dadas suas formas de assentamentos assim como reiteram suas relações diretas com a fauna e flora presentes em seu território. O extrativismo caracterizado por uma atividade constante e fundamental à existência destas comunidades tradicionais devem traduzir ações de manejos sustentáveis coerentes a continuidade da preservação ambiental. Tais populações tradicionais desenvolvem suas vidas às margens de rios interagindo com suas áreas florestais, às margens de rios e também dos inúmeros igarapés, mesmo com sua subsistência vindo da natureza, há a conscientização de preservação do meio ambiente assim como da cultura tradicional local que se perpetua de geração a geração.

Isso remete-nos a outra definição de manejo florestal comunitário apresentado por Smith (2005) como um processo social oriundo de um contexto social que envolve um grupo de pessoas. Segundo o autor este contexto social engloba todos os aspectos da vida de uma comunidade e sua relação com o meio ambiente natural.

Nessa perspectiva, a atenção às florestas tropicais continua cada vez mais célere. Em assentamentos ribeirinhos como nesta pesquisa, a ilha do Combu, não seria diferente. Assim, a relação harmoniosa entre a comunidade e o meio ambiente natural na ilha do Combu torna-se questão prioritária, pois na ilha do Combu observa-se a agricultura itinerante assim como atividades madeireiras contínuas tendo como consequência o desmatamento em áreas específicas.

A Política Nacional do Meio Ambiente – Lei Nº 6938/81, afirma que a problemática da poluição corresponde à degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que:

- Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

- Afetem desfavoravelmente a biota;
- Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

A observação participante de todo esse contexto poluidor está sendo fundamental para conhecimento *in loco* do objeto de estudo com elaboração de acervo fotográfico pelo autor ocorrendo também nas visitas a Ilha estudada, registros por meio de entrevistas de diálogos com moradores ribeirinhos sobre o modo de vida, extrativismo, pesca e manejo florestal dos recursos naturais.

Segundo Schmink (1999), os projetos de manejo comunitário em processo de implementação na Amazônia precisam de novas formas de parceria entre as ONG's, organizações de base, governos, instituições de pesquisa e grupos comunitários locais. Essas novas alianças podem significar uma reformulação ampla das abordagens de conservação e desenvolvimento, a partir da diversidade de iniciativas locais e da ligação dessas experiências a empresas que visem lucro em cima de suas atividades. Cada vez mais crescente a diversidade de iniciativas locais de produção, geração de renda e criatividade tornam a possibilidade de parcerias em seus projetos, mais constantes.

A respeito da exposição de Schimink sobre o Manejo Florestal Comunitário (MFC), o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) informa que só a partir do final da década de 1990 “inicia-se um processo de articulação interinstitucional que pretendia discutir e realizar o intercâmbio de experiências, mas também influenciar na formatação de políticas públicas” (AMARAL, 2005, p.39).

Em 1998, foi realizada a primeira Oficina de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia Brasileira, da qual participaram organizações de apoio ao MFC, líderes comunitários, técnicos, doadores e representantes do Governo. Este evento teve o objetivo de identificar e formalizar os principais obstáculos ao MFC, tornando-os visíveis aos formuladores de política florestal. Desde então, foram realizados outros seis eventos semelhantes, constituindo-se em um fórum privilegiado de discussão e encaminhamentos de demandas para superação de entraves técnicos, sociais, políticos e legais ao processo de manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira (AMARAL, 2005, p. 39).

Essas iniciativas trouxeram alguns resultados mediante os processos de articulação e dentre eles estão; a introdução do tema na agenda do Programa

Nacional de Florestas; a discussão de uma linha de crédito no Banco da Amazônia; diálogo com as entidades de representação e apoio dos movimentos sociais sobre tema MFC, visando a maior inserção destes na temática ambiental; e ainda, a realização de estudos estratégicos sobre MFC (AMARAL, 2005).

Feitas essas pontuações, a análise prossegue com o estudo das literaturas sobre os assentamentos ribeirinhos e o processo de degradação ambiental demonstrando as dificuldades quanto a realidade dos seus assentamentos no que se refere ao desenvolvimento local. Os problemas sociais ocorridos na história da região amazônica especificamente das ilhas que a compõem reforçam cotidianamente a ausência danosa por muitos anos de políticas públicas eficientes o que deixou o espaço ribeirinho sem a potencialização devida no passado.

2.4 Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental

Consideram-se as ações de organização local com a participação de todos e a contribuição da construção social da comunidade e possíveis assentamentos com suas ações mobilizadoras como elementos fundamentais para o desenvolvimento deste local. E ainda, como parte de uma convicção de melhoria de qualidade de vida oriunda de um processo endógeno realizado em pequenas unidades territoriais com a capacidade de promover o dinamismo econômico com qualidade de vida desta população.

As questões relacionadas aos assentamentos ribeirinhos transitam por vários caminhos entre os quais a forte exploração das riquezas da Amazônia Brasileira nada recente ao longo da história. A potencialidade de seus recursos sempre será inspiração para captação dos mesmos, muitas vezes, e em grande série de forma irregular ocasionando degradação ambiental danosa aos assentamentos dos povos ribeirinhos. Considerando este relato, Picoli (2006, p. 21) diz que:

Estudos mostram que, há 5 séculos, a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa. Historicamente, a ocupação da região foi no intuito de aproveitar o grande potencial de recursos florestais, minerais e introduzir projetos agropecuários com fins de acumulação de capital. A Amazônia brasileira vem sendo ocupada ao longo dos tempos, sendo objeto de cobiça internacional pela sua potencialidade econômica.

No contexto ribeirinho há visíveis espaços com desflorestamento o que prejudica o solo que sem suas plantações desenvolvem erosões com os períodos de chuvas constante na Amazônia. Com a presença das chuvas e em função também dos desflorestamentos ocorridos, os ribeirinhos têm suas vidas postas em risco pois as pessoas moradoras nas encostas ficam suscetíveis aos deslizamentos com as consequentes erosões.

No processo de abordagem dos assentamentos ribeirinhos a relação desse homem se torna fundamental com a água proveniente dos rios é constante e vivencial. Alguns moradores ribeirinhos mesmo com esta denominação, moram em terra firme em suas comunidades considerando que os assentamentos não se manifestam apenas à beira dos rios e sim em toda a extensão da floresta. A importante referência como meio de transporte até as cidades ou mesmo a comunidades, escolas e atendimento médico. Castro (2009, p.7) confirma essa relação dizendo que:

Encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada.

Nesse contexto é importante valorizarmos o cotidiano das pessoas moradoras das Áreas de Proteção Ambientais, pois como unidade de conservação produz alimentos, trabalhos, relações urbanas, turismo ecológico e comunitário e pesquisas acadêmicas. A ausência de órgãos fiscalizadores e educadores são constantes por mais que tenhamos regulamentos estabelecidos sobre a gestão dessas áreas. As unidades de conservação estaduais regulamentadas no Estado do Pará são constituídas por 21 UC's todas geridas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). Entre estas a Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, unidade de conservação de uso sustentável criada através da Lei Estadual nº 6083 de 13/11/97, período anterior à implantação do SNUC, pela necessidade de proteger a diversidade biológica da região insular de Belém, disciplinar o processo de ocupação

e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (PARÁ, 1997). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) a partir do ano 2000 foi instituído através da Lei Federal nº 9985/2000 e regulamentado através do Dec. nº 4340/2002, pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2004). Segundo a Lei nº 9.985/00 a Área de Proteção Ambiental.

Uma unidade de uso sustentável é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, formada basicamente de moradores tradicionais que vivem da extração dos recursos da região como o açaí, palmito, pesca do camarão e outros, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Ações de descarte de resíduos sólidos mesmo com a lei ambiental vigente precisam ser revistas como é o caso do destino dos resíduos doméstico dos moradores, queimados pelos moradores considerando que não há coleta de resíduos na ilha do Combu. Quanto ao destino dos resíduos produtivos as ações das comunidades se traduzem da seguinte forma pelos ribeirinhos que cotidianamente: queimam os resíduos; outros descartam em terreno baldio; alguns depositam à margem do rio e parte dos moradores transporta para Belém. Os resíduos descartados em Belém com a força da maré são depositados às margens da Ilha do Combu assim como também nas ilhas do entorno.

O descarte abusivo e, por vezes, inconsciente sem a devida aplicação da lei ambiental vigente reiteram vivências onde as populações ribeirinhas são impactadas quase sempre com situações sanitárias precárias (esgotos) assim como pelos assoreamentos e erosões. Com um modo de vida característico e pessoal o homem ribeirinho vive a intensidade constante da natureza fortalecido pela relação constante com a água, fauna e flora. Apesar da constante exposição às intempéries o homem ribeirinho vive a relação de apropriação e vivência em sua comunidade com a consciência da preservação dos recursos naturais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, no Guia de Cadastramento de Populacionais Tradicionais e Específicos (2012):

Ribeirinhos são indivíduos, famílias e comunidades tradicionais agroextrativistas que vivem em regiões de várzea, próximas a rio e que têm modo de organização, reprodução social, cultural e econômica fundamentados na constante interação com o meio onde vivem e determinado pelo ciclo das águas (regime de cheias e vazantes) e pelos recursos que o rio oferece.

O extrativismo presente em suas ações diárias propicia também a sobrevivência do mesmo concomitantemente as ações artesanais, manejo sustentável, caça e pesca. A população ribeirinha apesar do descaso das políticas públicas de preservação ambiental elimina qualquer ação de degradação ambiental considerando sua subsistência e preservação da área florestal habitável.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O processo metodológico para a realização desta pesquisa inicia-se com a revisão bibliográfica para um melhor entendimento sobre o local de estudo, sendo utilizado o método dedutivo, considerando a pesquisa bibliográfico-documental. Nesta revisão foram pesquisados além de livros e autores já presentes neste trabalho, dissertações e teses sobre a ilha do Combu. Posteriormente foi contactada a liderança local por meio de visita na ilha do Combu, com o objetivo de verificar as formas de relações com a comunidade. Após o contato com a liderança, estão sendo aplicadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice I) aos habitantes da ilha do Combu buscando a identificação do processo de degradação ambiental dos assentamentos ribeirinhos e que fatores devem ser considerados para que ocorra o manejo sustentável desses assentamentos. Em continuidade a esta pesquisa, por meio de visitas técnicas foi feito um levantamento fotográfico finalizando com a observação participante. Observe a figura 1.



Figura 1 - Composição da metodologia empregada.
FONTE: Adaptado pelo autor a partir de Matta (2006).

A ilha do Combu, conforme afirma o Ideflor-bio, órgão gestor desta APA, ocupa uma área de aproximadamente 15.972 km², habitada por aproximadamente

240 famílias totalizando em torno de 1.500 habitantes em regiões de diferentes concentrações, ou seja, a densidade populacional da Ilha do Combu, não é tão grande; embora se tenha verificado nesta pesquisa a presença de espaços pontuais mais adensados; o que facilita o estabelecimento de limites confiáveis para serem atingidos por pesquisas qualitativas e quantitativas, contribuindo assim para a viabilidade do trabalho (IDEFLOR-BIO, 2017)

Para Gil (1999, p. 42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

A pesquisa utilizada neste trabalho é qualitativa, pois está vinculada ao levantamento de dados sobre interpretar determinados comportamentos, opiniões e expectativas dos ribeirinhos sobre a degradação ambiental dos seus assentamentos e formas de estudo de manejo sustentável e também exploratória, por não ter como objetivo obter números como resultados, porém *insights*, muitas vezes imprevisíveis que possam nos indicar o caminho para tomada de decisão correta sobre uma questão-problema e também quantitativa por seguir um modelo estruturado de questionário e entrevista.

A esse respeito, Bardin (2007) explica a pesquisa qualitativa como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas.

Schraiber (1995, p. 70) afirma que o pesquisador deve ter domínio sobre sua pesquisa para tornar “[...] seus procedimentos uma forma viva de exercício de subjetividade teoricamente fundamentada, isto é, o próprio pesquisador como instrumento de investigação e não apenas um mero portador de impressões pessoais”.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o próprio instrumento de trabalho, uma vez que a utilização de seus sentidos é essencial para a coleta de dados (TURATO, 2005).

3.1 Processo De Coleta De Dados

Para a continuidade deste trabalho de pesquisa, o pesquisador se preparou com estudos prévios com visitas a ilha do Combu buscando conhecimento sobre a realidade do povo ribeirinho e efetuou um levantamento fotográfico incluindo o cotidiano do homem ribeirinho e suas relações socioespaciais e atividades desenvolvidas por esses moradores.

Na busca pelo aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados, realizou-se a observação e entrevistas semiestruturadas com dois moradores atuantes na liderança local e em um primeiro momento (até a qualificação da dissertação) 21 moradores ribeirinhos.

Para a realização desta pesquisa, houve um mapeamento da ilha do Combu considerando as 240 famílias residentes como universo desta pesquisa. Observe a figura 2.



Figura 2 - Distribuição de famílias na ilha do Combu, segundo informações locais.
FONTE: Adaptado pelo autor a partir de Matta (2006).

Do universo de 240 famílias, esta pesquisa utilizou como amostra a área localizada no furo do Combu ou Igarapé do Combu (Figura 3) que dá acesso às trilhas ecológicas, excursões de turismo, restaurantes e às moradias de 50 famílias que lá habitam. A amostra de 45 pessoas entrevistadas foi definida por contemplar todas as informações necessárias a coleta e análise de dados desta pesquisa.

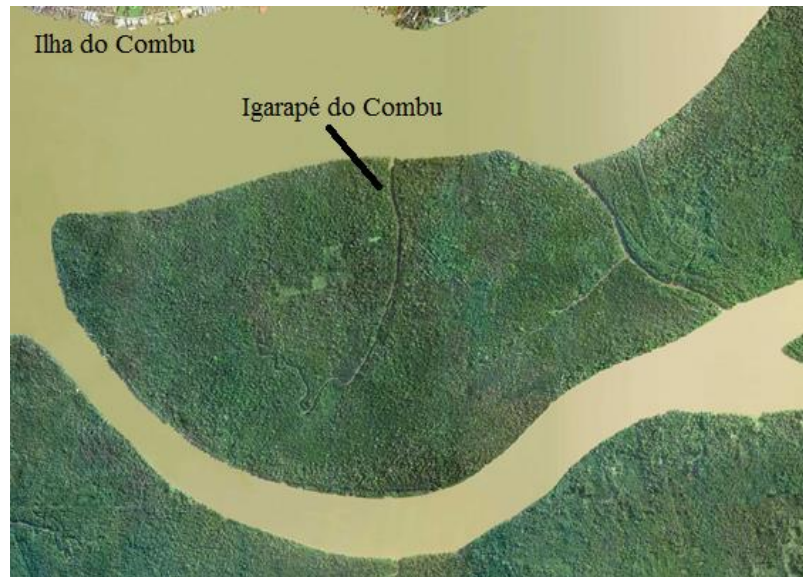


Figura 3 - Ilha do Combu com destaque para o Igarapé do Combu.

FONTE: Adaptado pelo autor a partir de Matta (2006).

Conforme Manzini (1990/1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

A principal vantagem da entrevista aberta e também da semiestruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. Ao contrário dos questionários enviados por correio que têm índice de devolução muito baixo, a entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos (SELLTIZ et al, 1987).

Na pesquisa de observação e aplicação inicial de entrevista semiestruturada, constatou-se que as famílias em sua maioria são constituídas por um casal com dois filhos sendo que a composição das famílias entrevistadas variou em relação a esta quantidade.

Também foram realizadas visitas técnicas na ilha do Combu com ações de interação com a comunidade e levantamento de registro fotográfico demonstrando o dia a dia ribeirinho.

Os princípios éticos que norteiam esta pesquisa estão contemplados na resolução 196/96, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNITAU – Universidade de Taubaté por meio da Plataforma Brasil (Anexo I).

3.2 Análise dos Dados

A análise do material produzido pela observação e pelas entrevistas foi desenvolvida a partir de categorias de análise desenvolvidas na revisão de literatura e que surgiram de acordo com os temas questionados.

Para Spink (2004), o sentido é uma construção social, interativa e coletiva, por meio do qual as pessoas constroem os termos que compreendem e lidam com as situações e os fenômenos a sua volta. Procurou-se compreender o sentido do significado das falas do homem ribeirinho entrevistado na ilha do Combu e do material produzido no período de observação por meio do desenvolvimento do mapa de associação de ideias.

Para a análise dos dados este pesquisador trabalhou com a análise temática do conteúdo. Para Bardin (2007), a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos.

A análise temática de conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização e suas diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, a saber: a pré-análise; a exploração do material; e, por fim, o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2009).

Nesta pesquisa, optou-se pela elaboração do mapa de associação que consiste em um instrumento de visualização e de organização dos assuntos discutidos que ajudou a dar subsídios ao processo de interpretação e comunicação dos passos contidos no processo interpretativo.

O desenvolvimento deste mapa de associação iniciou-se pela definição de categorias gerais, de natureza temática, que refletiram os objetivos deste presente trabalho. No primeiro momento, buscou-se organizar os conteúdos para preservar a sequência das falas, mantendo o diálogo intacto, sem fragmentação, sendo posicionado para as colunas previamente definidas e em seguida foi identificado os processos de interação a partir do delineamento visual da observação e das entrevistas como um todo.

Para análise utilizou-se a Unidade de Registro, “uma unidade de significação a ser codificada e corresponde ao menor segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base, visando à categorização, podendo ser de natureza e dimensões variadas” (BARDIN, 1988, p. 104-105).

Destaca-se também a Unidade de Contexto, a mesma contribui para codificar as unidades de registro que, agrupando-as, lhes atribui um sentido engajado, isto é, diz respeito ao segmento da mensagem que, pela dimensão superior, propicia entender o significado de registro (BARDIN, 2007).

De acordo com Olabuenaga; Ispizúa (1989), o processo de categorização deve ser entendido em sua essência como um processo de redução de dados. As categorias representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando neste processo seus aspectos mais importantes.

Da análise das entrevistas e das observações emergiram as seguintes categorias, e suas respectivas subcategorias, de acordo com as falas dos entrevistados: Desenvolvimento local e gestão ambiental, Manejo Florestal Sustentável e Assentamentos ribeirinhos e degradação ambiental. Esta sistematização das categorias foi determinada pela compreensão do pesquisador sobre o fenômeno estudado, conforme apresenta o Quadro 1.

3.3 O Estudo de Caso

O local de estudo desta pesquisa é a Ilha do Combu no Estado do Pará, maior produtora de açaí da região, especificamente a comunidade Igarapé do Combu, a mais veterana comunidade presente nesta Área de Proteção Ambiental. A Ilha do Combu é uma das diversas Ilhas de Belém, localizada na foz do rio Guamá e possui 15 km² de mata densa. Tem uma população aproximada de 1.500 habitantes sobrevivendo de atividades da pesca e do extrativismo dos recursos da floresta, principalmente o açaí, encontrado por toda a ilha.

Dados do Ideflor-Bio (2017) informam que na Ilha encontram-se árvores de diversas espécies além de vegetação amazônica nativa e pode-se avistar a cidade de Belém, Metrópole da Amazônia do outro lado do Rio Guamá. Esse rio está localizado no nordeste do estado do Pará, sua bacia hidrográfica drena uma área de 87.389,54 km². A navegabilidade é viável nos últimos 160 km do rio do município de São Miguel do Guamá à Baía do Guajará. Na sua margem direita se situa o campus principal da Universidade Federal do Pará, à altura de Belém. Cerca de 75% da água consumida em Belém vem deste rio, que recebe 11 córregos contaminados

pelo descarte irregular de dejetos urbanos, já que somente 4,5% da rede domiciliar da capital paraense está conectada à rede coletora nas épocas de cheia.

A Ilha do Combu como APA foi criada por meio da lei estadual nº: 6083, de 13 de novembro de 1997, visando reduzir a derrubada predatória das palmeiras de açaí, principal atividade econômica da região das ilhas, para a retirada do palmito durante o período entressafra do fruto. A unidade é gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por meio da diretoria de áreas protegidas (DIAP) e está localizada na região metropolitana de Belém (RMB), na Baía do Guajará. Com uma população ribeirinha que vive basicamente dos recursos naturais da ilha em especial, do açaí, a principal fonte econômica, assim como o cacau, camarão, palmito entre outros recursos da ilha.

A APA ilha do Combu é considerada como parte integrante de uma unidade de conservação sustentável buscando assim o controle das ações e atividades operacionalizadas na ilha fins obtenção do menor impacto possível na região para que as ações na utilização dos recursos naturais sejam factuais em todos os processos na ilha incluindo a preservação das populações tradicionais.



Figura 4 - A Ilha do Combu e seu entorno.
FONTE: Adaptado pelo autor a partir de Matta (2006).

As habitações dos ribeirinhos, palafitas são adequadas aos processos de cheias dos rios. Um pequeno trapiche é sempre utilizado a frente das moradias servindo de atracação para canoas, rabetas e outros meios de locomoção. As palafitas são construídas em sua quase totalidade com tábua. Em relação a construção dessas habitações (Figura 5), a ilha do Combu por ser considerada uma área de proteção ambiental, seus moradores usufruem das terras onde habitam, mas sem a posse definitiva destas.

A questão envolvendo banheiros e questões sanitárias destes aposentos encontram-se localizados na parte externa das residências como uma parte independente da casa do ribeirinho. Segundo Bauch; Sampaio; Silva (2009), as características das casas de comunidades ribeirinhas modificaram-se bastante em relação às suas estruturas.



Figura 5 - Fotografia de Assentamento ribeirinho na Ilha do Combu - Encostas com processos de erosão.

FONTE: O autor (2017).

A partir da figura 5, verifica-se a relação antrópica resultando em uma grande diversidade de degradação negativa em suas áreas e poluição ambiental. Neste estudo, as questões como erosões, mudanças climáticas e inundações têm sua investigação nos últimos cinco anos. Recuperar áreas degradadas, assim como criar uma área de proteção ambiental constituem-se em ações consideradas positivas,

pois geram melhor qualidade de vida com um dado evento causador desta ação. Dessa forma, é obtida a designação da ação humana a outros seres vivos.

Considerando a tipologia das habitações palafitas na ilha do Combu têm-se uma diversidade quanto ao tipo palafita amazônica e que pode ser aprimorada para uso em novos projetos habitacionais por meio de estudo das relações espaciais socialmente produzidas no habitat ribeirinho, observando qualidades topológicas como proximidade, continuidade, sucessão e clausura resgatando a comunicação do espaço que é própria ao morador e ao seu ambiente físico (NORBERG-SCHULZ, 1975).

Nesse contexto a tipologia das palafitas amazônicas considera em suas construções além de sua relação próxima com o ambiente natural, espaços internos, jiraus com visão para a mata e/ou rio, varandas e trapiches.

De acordo com as relações de proximidade, continuidade, sucessão e clausura no tipo palafita amazônico as qualidades topológicas segundo Norberg-Schulz (1975), se definem por: Proximidade da palafita (longe ou perto) com o ambiente natural e os elementos → massas d'água e floresta; com a continuidade da palafita (direções e caminhos) em relação interior/exterior e o elemento → sistema mata-rio-roça-quintal; com a integração entre os espaços internos e o elemento → circulação condicionando essa integração; com a sucessão (espaços de transição) em relação às aberturas → portas, janelas e jiraus e avarandados, trapiches e estivas; e por último, com a clausura (limite entre interior e exterior) com obstruções entre os espaços internos e externos – Palafitas urbanas.

Verificou-se que o homem ribeirinho em sua trajetória de crescimento vivencial em seu *habitat*, ainda em 2017 convive com a falta de água potável, falta de energia elétrica, presença constante e tumultuada de *jet-skis*, lanchas e voadeiras em regiões privilegiadas da Ilha como os furos e igarapés, ausência de médicos e suporte ao atendimento como fornecimento de medicamentos, inexistência de coleta de resíduos sólidos e poluição sonora dos visitantes e de alguns moradores ribeirinhos também.

Importante reiterar que a criação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu – APA Ilha do Combu aconteceu em 24 de outubro de 2008, mesmo com reuniões deste Conselho sendo realizadas eventualmente com atas de ações sendo publicadas a todos os habitantes da Ilha, os mesmos questionam ações eficientes e eficazes em sua região.

Mesmo com toda a legislação vigente fomentando um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a degradação ambiental caracteriza-se por desequilíbrios existentes no meio ambiente, causados pelo encontro do homem com a natureza. Os assentamentos ribeirinhos por meio das palafitas adentrando a floresta impactam essa área de preservação ambiental dia a dia concomitantemente a retirada de materiais, alimentos, recursos e diversos produtos naturais oriundos desse ecossistema. O manejo incorreto de matérias primas poderá tornar esses recursos naturais cada vez mais escassos na riqueza desse bioma.

Importante não haver generalizações em afirmações de que tal escassez só acontece devido aos crimes ambientais divulgados pelos meios de comunicação como a captura ilegal de animais e plantas, prejudicando a biodiversidade. Em um ambiente complexo como esse, a derrubada e queima de árvores e do solo, o plantio de outras plantas e o uso de agrotóxicos são fatores que contribuem para a perda desse bioma rico e importante.

Em tempos de aproximação cada vez mais célere da arte em suas infinitas expressões e comunidades, muitos projetos inclusivos de arte e educação sustentável têm sido desenvolvidos na ilha do Combu como é o caso do artista plástico Sebá Tapajós que desde 2015 vem transformando as casas dos ribeirinhos em arte por meio do Projeto *Street River* (figura 6) levando, assim, arte urbana para moradores das ilhas de Belém por meio da pintura artística. Tal ação faz parte do Projeto *Street River* que tem por objetivo levar arte urbana a quem mora do outro lado da cidade.



Figura 6 - Projeto *Street River*, ilha do Combu, Belém, Pará.
FONTE: Adalberto Rossete (2016).

O morador da ilha do Combu, por sua proximidade a Belém, mantém nas construções de suas habitações uma arquitetura tipo palafita amazônica. As casas estão em período de mudanças de acordo com o tempo entre as casas de chão de terra batida para o formato de casas de chão de madeiras. O processo é de mudança acompanhando o tempo e as alterações observadas também no espaço ribeirinho.

Na continuidade desta pesquisa, além de todo o processo de coleta de dados composto da metodologia aplicada neste caso, este estudo também tratou respostas dos moradores da ilha do Combu na comunidade Igarapé do Combu atendendo aos questionamentos elaborados previamente na entrevista proposta pelo pesquisador como: O tempo de moradia dos ribeirinhos na ilha, escolaridade, atividades desenvolvidas, conhecimento sobre a degradação ambiental, manejo sustentável e assentamentos. Como exemplo, estão sendo questionadas a forma de extração de madeira na ilha do Combu necessária a construção dos assentamentos ribeirinhos tipo palafitas. Os questionamentos abordados envolvem: a família, a habitação, a renda, o manejo florestal existente e a comercialização dos produtos produzidos na ilha do Combu.

Com o estudo das formas de manejo sustentável dos assentamentos ribeirinhos, considerando suas implicações ambientais por meio de visitas *in loco* foram observadas e estudadas:

- Formas de plantio, cultivo e extração de plantas medicinais, pesca, artesanato, e ainda foi construída a análise sobre os resultados econômicos sustentáveis, análise dos espaços utilizados onde se localizam as palafitas considerando a questão geográfica e análise das condições sociais e ambientais buscando assim contribuir para a melhoria da comunidade e da população ribeirinha e seus assentamentos.

A complexidade que envolve a construção da gestão ambiental possibilita que, estudos e pesquisas possam desenvolver conhecimentos e práxis no que se refere a garantir aos moradores ribeirinhos ações com resultados de preservação em um processo construtivo de garantir às gerações futuras, cuidados e formas qualitativas de manejo sustentável.

Compreende-se que os recursos naturais provenientes da flora da Ilha correspondem em sua total maioria a fonte de alimentos e geração de renda a uma boa parte da população do espaço da ilha do Combu o que provoca questionamentos nos discursos dos habitantes do lócus de estudo quanto a ausência de planejamento efetivo de programas de conscientização e fiscalização ambiental na região o que torna essas possíveis ausências em indicadores de perdas consideráveis de fibras, óleos, condimentos, remédios e frutos.

No cotidiano da região estudada, a preocupação da manutenção da vegetação com a preservação da floresta, é fundamental a socioespacialidade dos moradores da ilha do Combu considerando também a mobilização de alguns tipos de residências, palafitas, que começam a ser percebidos com a questão dos deslocamentos dos mesmos adentro da floresta por parte dos moradores pela necessidade de dar continuidade as suas atividades produtivas e habitações, a sobrevivência e subsistência integrada ao cotidiano.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo das formas de manejo sustentável dos assentamentos ribeirinhos, considerando suas implicações ambientais, esta pesquisa contribuiu com a análise sobre os espaços utilizados onde se localizam as palafitas considerando a questão geográfica e análise das condições sociais, econômicas e ambientais obtendo, dessa forma, resultados que possam contribuir para a melhoria da comunidade e da população ribeirinha e seus assentamentos.

De acordo com Rodrigues (2006), a comunidade Igarapé do Combu é a mais antiga comunidade existente na APA, remontando sua ocupação desde o início do século pela então família do Sr. Quaresma, mais conhecido pelo apelido de “Seu Bouquinha”, sendo a comunidade que mais possui residências na APA Combu.

Nas visitas realizadas na ilha do Combu e entrevistas com os ribeirinhos, conforme cronograma estabelecido pela Unitau, falou-se sobre a gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio) relacionando-o às condições de vida da Ilha do Combu. De acordo com quatro entrevistados, as reuniões organizadas pelo Ideflor-bio em sua sede em Belém e o discurso feito pelos representantes do órgão nem sempre se concretizam junto a processos de implantação a comunidade.

Quanto ao questionamento sobre as ações favoráveis ao meio ambiente resultantes do trabalho dos moradores da ilha do Combu, dos 45 entrevistados, 30 relataram a presença de turistas na ilha do Combu proporcionando um aumento no turismo ecológico o que inclui além de visitas, a produção artesanal de chocolate com conhecimento da manipulação do cacau enquanto matéria-prima, participação em trilhas guiadas por moradores combuenses e também uma acentuada demanda aos bares e restaurantes gerando emprego e renda e assim fortalecendo economia da comunidade da ilha do Combu.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
DESENVOLVIMENTO LOCAL E GESTÃO AMBIENTAL	Origem Degradação Assentamentos Conhecimento Qualidade de vida Socioespacialidade
MANEJO SUSTENTÁVEL	Ações favoráveis ao meio ambiente Extrativismo Políticas públicas Liderança Economia
ASSENTAMENTOS RIBEIRINHOS E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	Meio ambiente Ações antrópicas Educação ambiental Ações educativas e Turismo

Quadro 1 - Relação das categorias estudadas e respectivas e subcategorias.
FONTE: O autor (2017).

Os processos de erosão do solo na ilha do Combu caracterizam-se por ser parte responsável pela causa das formações dos sedimentos marinhos. Os sedimentos marinhos são partículas insolúveis, de rochas, solos, vulcões, corpos químicos e orgânicos que são levados da terra firme para o oceano através dos rios, córregos e lagos (PORTAL EDUCAÇÃO, 2017).

Quanto a força da correnteza do rio Guamá nas orlas da ilha observa-se a presença constante de embarcações típicas da região (Figura 7), *jet-skis* e lanchas voadeiras conduzidas por turistas que visitam a ilha do Combu, e que modificam gradativamente o formato da margem em frente à Belém com situações de desmoronamento do terreno e consequente perda da vegetação da margem insular, trazendo aos moradores a necessidade de remanejar a localização de suas moradias periodicamente (Figura 8).



Figura 7 - Rio e embarcações típicas da região atracadas na Ilha do Combu.
FONTE: Wikimedia Commons, Belém, 2012.
Crédito da Imagem: Fabricio Coleny.



Figura 8 - Assentamento ribeirinho na Ilha do Combu – Encostas com processos de erosão ocasionando os assentamentos adentro da floresta.
FONTE: O autor (2017).

Com relação aos assentamentos ribeirinhos tipo palafitas, a Figura 9 retrata parte da ilha não impactada em suas encostas. No entanto, em outras áreas observa-se que o recuo impacta ambientalmente a floresta devido os processos

erosivos das encostas causados pelas chuvas, transportes em alta velocidade e cheias do rio, tem sua madeira reutilizada na nova construção sendo que dependendo da área há possíveis desmatamentos para construção e ajuste na área das palafitas conforme entrevistas com os oito moradores onde foram obtidas respostas que denunciam casos isolados de extração de madeira sem a preocupação com o ecossistema para a construção dessas habitações (Figura 10).



Figura 9 - Assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu, parte da ilha não impactada em suas encostas.

FONTE: O autor (2017).

Crédito de imagem: Eduardo Vessoni (2016).



Figura 10 - Desmatamento na Ilha do Combu.

FONTE: O autor (2017).

No que diz respeito à extração da madeira na ilha do Combu ainda é um grande impasse quando se fala de construção de suas casas. Importante observar que na ilha do Combu não há somente a presença de palafitas situadas nas encostas do rio. Há também casas de alvenaria mais ao centro da Ilha o que reduz a utilização de madeira extraída da ilha do Combu ao longo dos seus 15 km² de mata densa. Quanto ao material utilizado na construção das casas de alvenaria, o mesmo é comprado em Belém pela proximidade que a cidade mantém com a ilha do Combu.

Como resultado das entrevistas, foi possível obter informações sobre MFS na ilha do Combu, e por ser esta a maior produtora de açaí do Estado do Pará, constatou-se que os processos extrativistas são sustentáveis, pois o açaí nasce do próprio caroço que cai das suas árvores. No entanto, os açazeiros para produzirem precisam de sol o que causa ações de desmatamento em determinados momentos de algumas árvores em função da sombra que causam nos açazeiros prejudicando a continuidade da produção dos açazeiros.

O Manejo Florestal Sustentável pode ser compreendido como a administração da floresta com respeito ao ecossistema, no intuito de obter benefícios econômicos, sociais e ambientais. Esse manejo utiliza as múltiplas espécies florestais, bem como outros bens e serviços florestais (PNGF, 2018).

Quanto aos aspectos sociais, o homem ribeirinho da ilha do Combu interage entre si e com o ambiente rural. Com a travessia para Belém em canoas, lanchas, rabetas e embarcações de padrões amazônicos (Figura 11) denominadas de “pôpôpô” o processo de interação também é constante com a urbanidade célere na cidade de Belém onde estudam, compram materiais de uso pessoal, consultas médicas entre outras necessidades inerentes a cada pessoa.

Os moradores têm conhecimento sobre a importância de meio ambiente e da realidade de seu habitat, esses moradores afirmaram não só o conhecimento de conceitos sustentáveis, porém a atenção quanto a uma melhor socioespacialidade na Ilha devido a própria ação antrópica do homem ribeirinho com o adentrar da floresta e o processo de derrubada de espécies prejudicando não só a flora como a fauna da ilha do Combu.



Figura 11 - Canoas, lanchas e rabetas; embarcações utilizadas pelos ribeirinhos.
FONTE: Wikimedia Commons, Belém, 2012.
Crédito da Imagem: Fabricio Coleny.

A força produtora de açaí não é a única existente na Ilha, produtos importantes como o cacau (Figura 12), fábrica de chocolates, camarão e peixe reiteram o fortalecimento da adequação sustentável da economia e meio ambiente.



Figura 12 - Cacau, matéria-prima para produção do chocolate.
FONTE: Fotos públicas (2016).
Crédito da imagem: Márcio Ferreira.

As visitas à ilha do Combu, por moradores de Belém e turistas de outras regiões tem crescido constantemente, e na percepção dos entrevistados isso têm um caráter antrópico preocupante no que se refere a degradação ambiental na ilha do Combu. Observa-se, também, a presença de embarcações às margens dos rios, seja pelo descarte de resíduos sólidos ou desarranjos ambientais e espaciais impactando os biomas da região.

O desgaste no entorno da ilha do Combu quanto às ações de erosões e conseqüentemente o recuo das palafitas adentro da floresta faz parte do levantamento fotográfico realizado pelo autor desta pesquisa ao longo das visitas na comunidade. Observe a Figura 13.



Figura 13 - Assentamento ribeirinho na Ilha do Combu – Encostas com processos de erosão ocasionando os assentamentos adentro da floresta.

FONTE: O autor (2017).

Os processos erosivos causados pelas cheias, chuvas intensas, alta velocidade de embarcações no Rio Guamá sempre presentes aos finais de semana na ilha, caracterizam-se como processos de degradação ambiental consideráveis à modificação e mobilidade dos assentamentos amazônicos de seus moradores. De acordo com Cardoso (2004), o aspecto ambiental é o elemento das atividades, produtos e serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente e impacto ambiental como qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou

benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização.

Segundo Moura apud Heuser (2007), um impacto ambiental pode ser caracterizado pela associação de um aspecto ambiental. A percepção atenta dos aspectos e a ocorrência de degradação ambiental e a utilização de critérios avaliativos de degradação ambiental contribuem para os atores envolvidos minimizarem a degradação ocasionada pela construção das palafitas adentro das florestas e quedas e desmoronamentos de barrancos assim como alterações nos arranjos socioespaciais dos habitantes e alterações na economia local.

No desenvolvimento das entrevistas que foram realizadas junto aos moradores ribeirinhos da ilha do Combu, os processos de degradação ambiental na ilha do Combu estão sendo identificados nesta pesquisa conforme também pode ser observado no Quadro II.

Aspecto Ambiental (causa)	Evento	Degradação ambiental (efeito)	Impactos sociais e econômicos
Assentamentos ribeirinhos	Construções de palafitas na floresta e rio	Construção de novas habitações da floresta Poluição dos rios	Alterações na economia Alterações nos arranjos sociais
Erosão	Velocidade dos barcos às margens do rio provocando quedas e desmoronamento dos barrancos	Quedas e desmoronamento dos barrancos	Alterações na economia Alterações nos arranjos socioespaciais

Quadro 2 - Aspectos Ambientais, Eventos, Degradação Ambiental e Impactos Sociais e Econômicos observados na Ilha do Combu, Aspecto Ambiental + Evento (de Impacto) = Impacto Ambiental e Impactos Sociais e Econômicos.

FONTE: O autor (2017).

Para compreensão dos quadros III, IV, V e 6, retomam-se a Unidade de Registro e a Unidade de Contexto, ambas trabalhadas por Bardin (1988). A primeira, como uma unidade de significação a ser codificada, visando à categorização, podendo ser de natureza e dimensões variadas. A segunda contribui para a compreensão de sentidos a fim de codificar as unidades de registro, ou seja, corresponde ao segmento da mensagem que, propicia entender o significado de registro.

Entende-se que o investigador numa análise de dados qualitativa quer apreender algo a partir do que os sujeitos da investigação lhe confiam (Amado,

2000). O Quadro III, construído a partir dos objetivos traçados, das perguntas lançadas pelo entrevistador e de recortes dos discursos dos entrevistados, conduziu à seguinte análise prévia dos dados conforme processo ainda fase de desenvolvimento desta pesquisa:

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Desenvolvimento Local e Gestão Ambiental	Origem	Construção das palafitas	<i>“É preciso ter os “barrotes” para sustentarem e construir nossas casas”.</i>
	Ações	Desmatamento	<i>“Os barcos passam, as encostas vão cedendo e as chuvas fortes vão caindo e aí vamos recuando para dentro da mata”</i>
	Assentamentos	Palafitas	<i>“Nós moramos nas palafitas. Quem tem mais dinheiro constrói sua casa de alvenaria”.</i>
	Conhecimento	Dia a dia	<i>“Aqui é o nosso lugar. Nascemos e morremos aqui. Aprendemos no dia a dia a conhecer nosso lugar”.</i>
	Qualidade de vida	Saúde	<i>“Sentimos ausência de pessoas da área da saúde constantemente em nossa ilha”.</i>
	Socioespacialidade	Interação	<i>“Da forma que moramos podemos ter maior contato com nossos vizinhos e familiares. Isso facilita nossa vida”.</i>

Quadro 3 - Resumo da análise de conteúdo, categoria Desenvolvimento Local e Gestão Ambiental em entrevista com os moradores da ilha do Combu
FONTE: O autor (2017).

Considerando os conteúdos relacionados à categoria **“Desenvolvimento Local e Gestão Ambiental”**, prevaleceram nos entrevistados as informações quanto à origem da construção das palafitas e sua relação com a necessidade de barrotes. Segundo Cunha e Guerra (2005), o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações no ambiente diz respeito ainda à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimulada pelos impulsos das relações entre forças externas e internas, consistindo na relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente.

De acordo com os entrevistados, inúmeros processos de degradação ambiental foram relatados como o movimento das águas do Rio Guamá corroborando para que as encostas cedam continuamente. Fatores climáticos como as chuvas e elevação das águas nos meses de março, abril e maio assim como

ações antrópicas fomentados por meio do turismo e também por meio do movimento contínuo e veloz de rabetas, barcos, lanchas e jet-skis. “Os *barcos passam, as encostas vão cedendo e as chuvas fortes vão caindo e aí vamos recuando para dentro da mata*” (morador da ilha)

Nesse contexto, vale destacar as ações de organização local com a participação coletiva, o que contribui para construção social da comunidade e possíveis assentamentos com suas ações mobilizadoras como elementos fundamentais para o desenvolvimento deste local. E ainda, como parte de uma convicção de melhoria de qualidade de vida oriunda de um processo endógeno realizado em pequenas unidades territoriais com a capacidade de promover o dinamismo econômico com qualidade de vida desta população

Outro fator apontado com destaque pelos entrevistados versa sobre os assentamentos ribeirinhos ditos palafitas, distribuídos ao longo da ilha do Combu. Estas habitações apesar de um padrão comum têm formatos e características diferenciadas, algumas em terra de chão batido com revestimento de alvenaria e outras atendendo a arquitetura amazônica de uma palafita tradicional. O habitante ribeirinho do Combu apesar das variações de tipos de moradias em seu *habitat* demonstra estar feliz com suas condições de vida.

Chaves e Silva (2007, p.10) enfatizam que:

As comunidades ribeirinhas que habitam as margens dos rios e seus tributários na região, agentes de direitos sociais, possuem modos de vida distintos das sociedades urbanas, visto que vivem sob a influência mútua dos ciclos da natureza, contrariando a lógica de acumulação, caracterizando uma organização socioeconômica particular que visa a manutenção e reprodução dos grupos familiares que se articulam com outras dimensões da vida em comunidade.

O conhecimento de seu habitat assim como e consciência de sua importância corresponde a 75% dos entrevistados. O homem ribeirinho conhece sua terra. Sabe das dificuldades quanto às questões de saúde e práticas extrativistas por meio do açaí, cacau e ingá. O desenvolvimento local é reiterado com ações empreendedoras sustentáveis como a fábrica de chocolate orgânico existente na ilha do Combu e ações voltadas ao turismo. O ribeirinho habitante deste lugar desde o nascimento mantém a consciência de preservação ambiental.

Fraxe (2004, p.296) acentua que:

[...] No ambiente rural, especificamente ribeirinho, a cultura mantém sua expressão mais tradicional, mais ligada à conservação dos valores decorrentes de sua história. A cultura está mergulhada num ambiente onde predomina a transmissão oralizada. Ela reflete de forma predominante a relação do homem com a natureza e se apresenta imersa numa atmosfera em que o imaginário privilegia o sentido estético dessa realidade cultural. Nesse sentido, a relação do caboclo ribeirinho com a água que atravessa seu cotidiano se torna de importância vital para a compreensão desse homem e do universo que o habita.

De acordo com as entrevistas, no que se refere a subcategoria “*Qualidade de vida*”, foram vários os questionamentos observados no dia a dia do homem ribeirinho tais como: Dificuldade quanto a falta de saneamento básico, ausência de profissionais de saúde constantemente, falta de coleta de resíduos sólidos na ilha do Combu sendo a maior parte dos resíduos sendo queimados por não haver coleta.

Quanto à água utilizada para consumo dos moradores da comunidade Igarapé do Combu, a principal fonte de consumo é do rio de acordo com 48% dos entrevistados. Em segundo lugar com 28% os moradores utilizam o poço artesiano. 16 % dos moradores afirmaram trazer água de Belém, 5% utilizam água da chuva por meio de cisternas e 3% dos entrevistados afirmaram utilizar como formas de captação e utilização da água, poços (Gráfico 1).

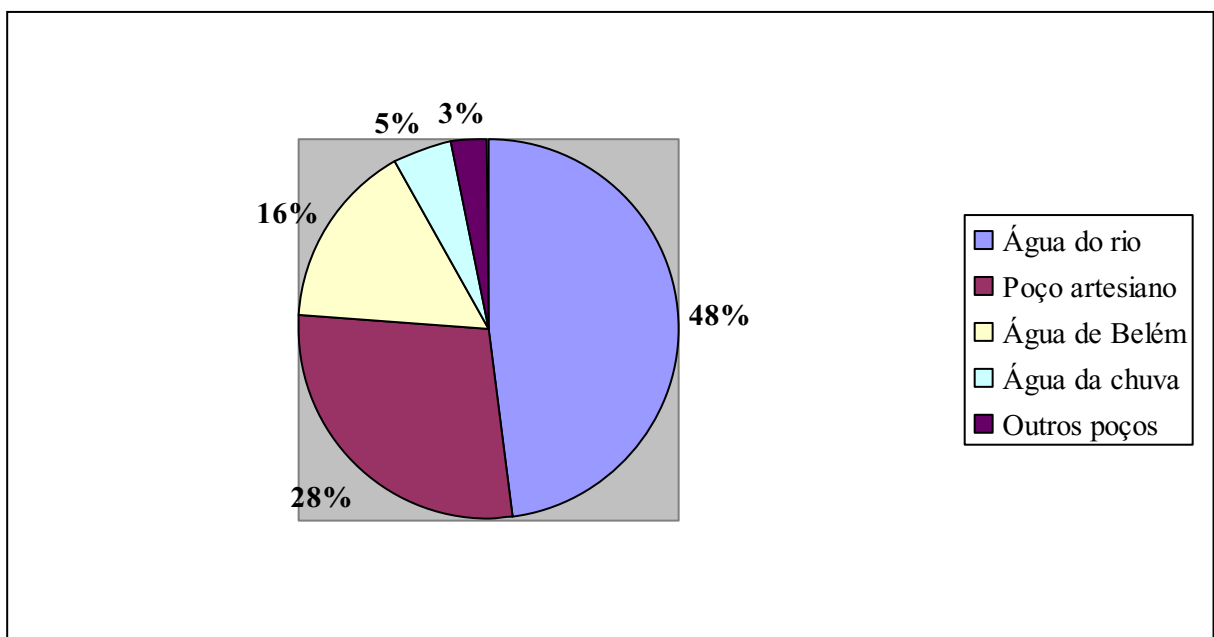


Gráfico 1 - Quanto à água utilizada para consumo dos moradores da Comunidade Igarapé do Combu.

FONTE: Pesquisa direta (2017).

Quanto à subcategoria “Socioespacialidade”, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar sobre a interação de vizinhos e famílias. Mesmo considerando a distância de algumas moradias entre si, os arranjos socioespaciais da ilha do Combu facilitam as interações entre seus habitantes.

Trindade (2014) afirma que os arranjos espaciais praticados no espaço de várzea contam com uma codificação espacial muito diversa da utilizada na cidade, que tem a distância como barreira entre as famílias, ao invés de muros ou paredes.

Um percentual de 10% dos moradores ressaltou na entrevista que a ilha do Combu devido a proximidade com a cidade de Belém, tem uma grande demanda de turistas na ilha aos finais de semana. O espaço ribeirinho é alvo de profissionais de diversos segmentos turísticos e pessoas visitantes da ilha algumas utilizando formas impróprias de convívio com esta APA por meio de degradação ambiental a flora e fauna e aos moradores ribeirinhos.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Manejo sustentável	Ações favoráveis ao meio ambiente	Cuidado	<i>“Temos muito cuidado quando mexemos com nossas árvores. A gente cresce com elas. Elas nos sustentam. Plantar, colher e replantar.”</i>
	Extrativismo	Tempo certo	<i>“Sabemos a época boa, o tempo certo de cada árvore. O tempo é quem diz o certo. Vivemos disso, não podemos tirar por tirar da natureza.”</i>
	Políticas públicas	Reunião com o Ideflor-Bio	<i>“Temos de vez em quando cursos de qualificação profissional”. “Falta oportunidade de crédito para podermos trabalhar mais”. “Ninguém controla as lanchas voadeiras que estão sempre por aqui.”</i> <i>“ O Ideflor-Bio faz reuniões com a gente”.</i>
	Economia local	Empregabilidade	<i>“O açaí é o nosso ganha pão, mas a presença de turistas na nossa ilha ajuda a gente a ter emprego e renda”</i> <i>“Os turistas gostam de caminhar pelas trilhas que temos aqui. Ficam impressionados com as diversas espécies da natureza”.</i>

Quadro 4 - Resumo da análise de conteúdo, categoria Manejo Sustentável.
Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Em relação à categoria **“manejo sustentável”**, nas entrevistas realizadas surgiram conteúdos de conotações de cuidado com a floresta. O homem ribeirinho

manifesta 83% de respostas nas entrevistas com ênfase na consciência explícita na subcategoria “*Ações favoráveis ao meio ambiente*” de preservação em relação à flora no que tange a “tirar e repor” da terra e natureza. Ainda no que se refere à esta subcategoria, 17% dos entrevistados foram enfáticos ao afirmar a existência de moradores que não atendem às demandas de preservação ambiental com ações de derrubadas de árvores para aproveitamento interno da madeira.

Conforme o MMA/PNF (2005), Projeto de Lei 4.776:

O manejo florestal sustentável é definido como a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal.

Para as pessoas entrevistadas, no que se refere a subcategoria “*extrativismo*”, 87% dos moradores ribeirinhos afirmam que o extrativismo praticado no período de colheita e entre safra é muito claro a todos, pois entendem que nascem e crescem com as árvores daí a preservação e consciência deste manejo sustentável praticado considerando como fonte importante de sua sobrevivência, 13% dos entrevistados desconhece, o cuidado sazonal do extrativismo.

Afirma-se, então, que toda sociedade tem hipotecada sua existência à natureza – o que varia, historicamente, é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza (LESSA, 2007).

O extrativismo se refere não apenas à gestão dos recursos naturais e ao uso da biodiversidade, mais também sobre o conhecimento tradicional dos povos e populações, principalmente das comunidades tradicionais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas que fazem uso de tais recursos (SILVA, 2016).

Quanto à subcategoria “*políticas públicas*” 43% dos entrevistados afirmaram a necessidade de a comunidade receber maior número de cursos de qualificação focados à ilha do Combu, 37% verbalizaram a necessidade de políticas públicas que chamam de “projetos para a ilha do Combu” por parte do órgão gestor Ideflor-Bio, órgão gestor desta área de proteção ambiental e 20% ressaltaram um acompanhamento maior do turismo e condutas dos frequentadores da ilha com o descarte de resíduos sólidos no rio.

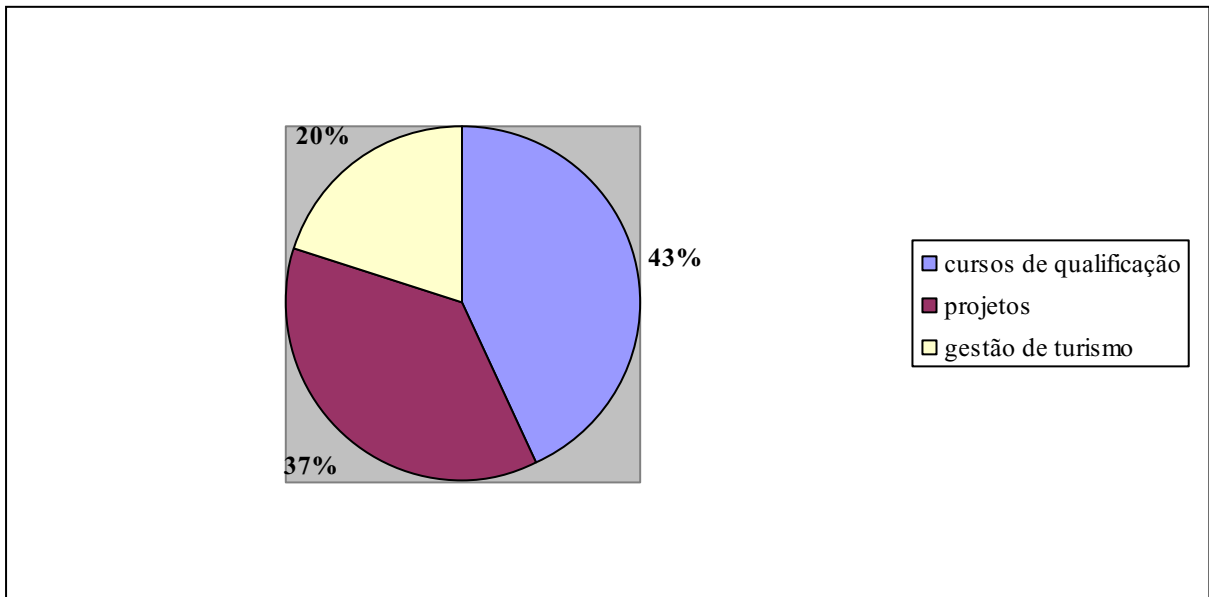


Gráfico 2 - Subcategoria Políticas Públicas.

FONTE: Pesquisa direta (2017).

Ao abordar o conceito de política pública suscita algumas controvérsias que envolvem situações de como se observa o objetivo da futura ação política, sua real implementação e ação e qual caminho tomará. De acordo com Souza (2003, p. 18), estudar políticas públicas é estudar o “governo em ação”. É o acompanhamento de todos, atores envolvidos no processo a ser trabalhado considerando a eficácia governamental na relação Estado-Cidadão-Comunidade.

Howlett (2000) afirma que no processo de elaboração das políticas públicas, que a opinião pública tem sido um fator importante para o seu desenho, não o principal, mas por enquanto uma condição secundária que compõe um processo onde os índices também fazem parte.

Em relação a subcategoria “*economia local*” 65% afirmaram o açaí como fonte principal de renda da APA, 24% falaram da importância do cacau como matéria prima para a comunidade considerando sua produção de chocolates na ilha do Combu onde existe uma fábrica artesanal de chocolates muito visitada por turistas, 11% ressaltaram a importância da geração de emprego e renda por meio do turismo como fomento a economia local com grande frequência de visitantes aos restaurantes e trilhas ecológicas diversas existentes na ilha do Combu aos finais de semana.

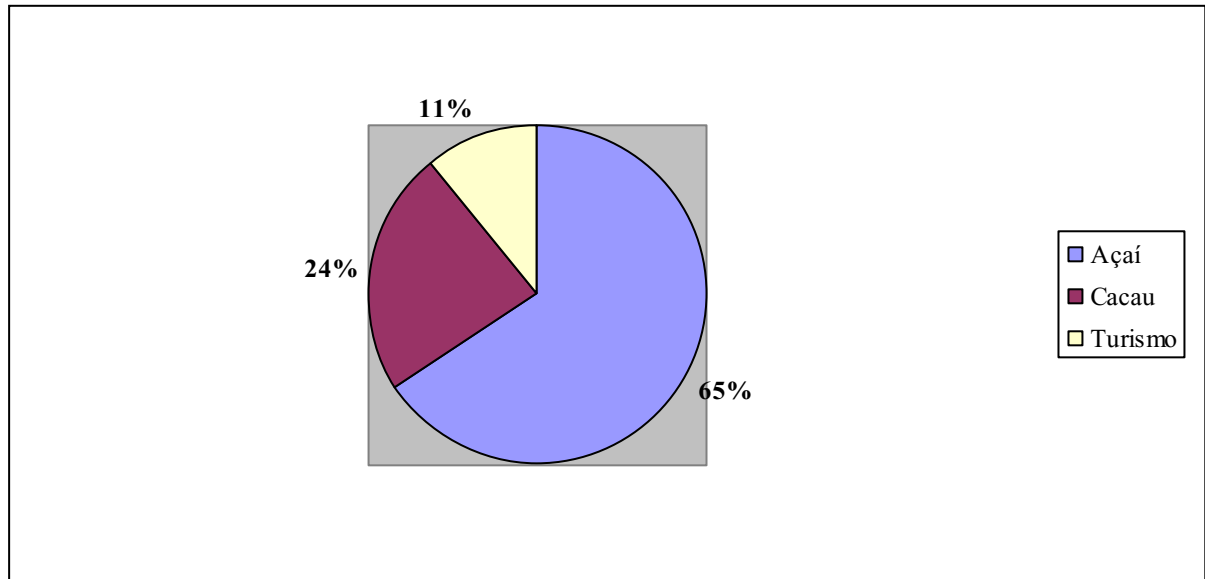


Gráfico 3 - Subcategoria Economia Local.
FONTE: Pesquisa direta (2017).

A extração da matéria-prima, não obedecendo aos parâmetros legais e em uma série sucessiva, pode provocar uma ideia aparente de garantia de rentabilidade para os ribeirinhos que a praticam ocasionada por práticas pouco sustentáveis ecológica e economicamente, como por exemplo, é feito com o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) que após a retirada do fruto no período de safra para continuarem a adquirir renda começam também a extrair o palmito e assim prejudicando colheitas futuras (JARDIM, 1996).

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental	Meio Ambiente	Fauna e Flora	<i>“Sem as árvores os animais não existem” “Vivemos também da pesca”. “O barulho exagerado na ilha do Combu de vez em quando assustam as aves” “É o meio em que nós vivemos, os bichos e a floresta”</i>
	Ações antrópicas	Desmatamento	<i>“Ainda tem gente aqui derrubando árvore sem pensar nas consequências” “Sem árvore, o calor aumenta”. A poluição do rio preocupa a gente que vive também da pesca”.</i>
Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental	Turismo		<i>“Somos muito agradecidos ao turismo nosso de cada dia, gera emprego e muito trabalho a nós moradores”. “As lanchas voadeiras às vezes passam em alta velocidade por nossa ilha. Já vimos gente jogando garrafas e latas de cervejas no rio”</i>

Quadro 5 - Resumo da análise de conteúdo, categoria Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental.

FONTE: O autor (2017).

Em relação a categoria **“relação do homem ribeirinho com o meio ambiente”** nas entrevistas realizadas nesta fase da pesquisa, especificamente relacionadas a subcategoria **“meio ambiente”**, 83% dos ribeirinhos entrevistados afirmaram a importância da fauna e flora na ilha do Combu enfatizando a importância da floresta como *habitat* dos animais.

De acordo com Chaves (2001), a população ribeirinha é uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. Desde a relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formam um extenso patrimônio cultural.

A questão do barulho obteve 17% de respostas considerando o volume alto de música proporcionado por moradores que insistem em manter “festas de aparelhagens” tipo de música denominada “tecnomelody e/ou tecnobrega” assim como outros ritmos ouvidos em caixas de sons de grandes volumes (aparelhagens), o que contribui para uma poluição sonora incessante às aves e demais animais presentes na ilha do Combu contribuindo assim como fator de fuga e estresse das aves.

Situações observadas de invasões sonoras ao habitat e a preocupação evidenciada nas entrevistas remete a pesquisa aos escrito de Leonel (1998, p.218-219) ‘A Morte Social dos Rios’, o qual descreve as concepções e técnicas diferenciadas de uso dos recursos dizendo que:

O interesse retomado pelas sociedades de floresta vem desta curiosidade dos fatos: os vistos como primitivos tiveram a sabedoria de sobreviver, bem e duradouramente, com e da floresta em pé. A civilização tecnológica, ao contrário, derruba, queima, interrompe o curso dos rios, provoca erosão e poluição, comprometendo os elementos vitais e aniquilando ou integrando os modos de ser que resistem à sua passagem (LEONEL, 1998, p. 218-219, grifo nosso).
[...] O uso diferenciado dos recursos naturais pelas sociedades das florestas tropicais é um modo de ser e de ver diferente, não apenas um conjunto de técnicas isoláveis, mais ou menos sofisticadas. O elo é a integração em que se encontra com os outros (LEONEL, 1998, p. 218-219).

No gráfico 4 são apresentados os percentuais de participação na pesquisa, de acordo com a subcategoria **“turismo”**, de como os entrevistados percebem esta subcategoria a partir da degradação ambiental provocada por esta atividade.

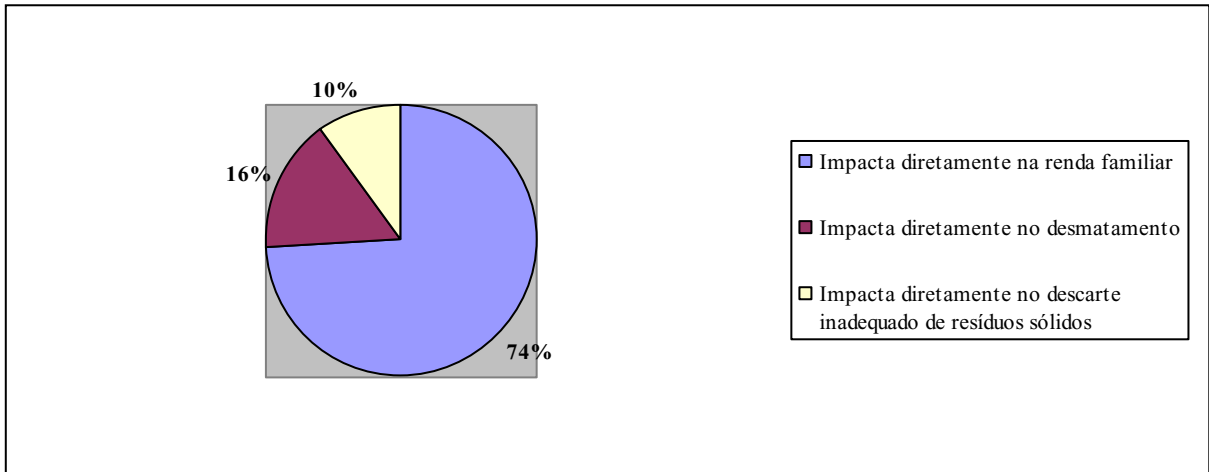


Gráfico 4 - Subcategoria Turismo.
FONTE: Pesquisa direta (2017).

Para as pessoas entrevistadas, 74% dos entrevistados apontam que a presença de turistas na ilha do Combu e a beleza natural do lugar contribuem muito para a movimentação de trabalho às famílias combuenses, impactando positivamente e diretamente na renda familiar destes ribeirinhos. Atrações como trilhas, passeios pelo rio, visitas aos diversos restaurantes e bares da ilha do Combu e visitas a fábrica de chocolate orgânico na ilha propiciam um turismo ecológico constante e crescente.

Ainda nesta subcategoria, 16% dos entrevistados afirmaram sobre a velocidade das lanchas voadeiras e jet skis de visitantes que passeiam pela ilha provenientes de Belém em alta velocidade, contribuindo para o desmoronamento das encostas, impactando diretamente no desmatamento da ilha do Combu causando o recuo de palafitas situadas a beira do rio para dentro da floresta. E 10% dos entrevistados ressaltaram sua preocupação com o grande montante de resíduos sólidos descartados ao longo da ilha e rio em virtude da grande movimentação turística na ilha do Combu.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A degradação ambiental observada por meio dos assentamentos ribeirinhos e o estudo de manejo sustentável realizado na Ilha do Combu, Belém, Pará, desperta a necessidade de uma política de cuidados à uma região tão celebrada como celeiro de um dos mais importantes frutos amazônicos, o açaí assim como seu ecossistema em alguns momentos tão festejado e em outros tão impactado em suas encostas e desmatamentos.

Na produção deste trabalho, verificou-se a persistência de degradação ambiental frequente em áreas de risco aos moradores da ilha do Combu, sugerindo falhas no processo de educação ambiental interna e controle de acesso de visitantes e a esta região na busca ativa de diversão e turismo ecológico. As informações aqui apresentadas denotam concomitantemente aos resultados apresentados, contribuição a melhoria de ações, posturas, práticas e repensar do olhar do homem ao ecossistema e habitat como a ilha do Combu.

Desta forma, os resultados desse trabalho de pesquisa mostram que atenção especial deve ser dirigida ao acesso de visitantes principalmente aos finais de semana mesmo considerando que a ilha do Combu com grande extensão, poderia ter esse controle em maior intensidade principalmente nas áreas de maior demanda de acessibilidade desta ilha onde aos finais de semana a demanda por visitantes cresce por restaurantes, bares, festas, passeios e trilhas ecológicas reiterando os processos de degradação ambiental presentes por meio de lanchas, voadeiras, *jet skis* e barcos que ao passarem com grande velocidade e força nas águas causam danos irreversíveis às encostas que com o desmoronamento progressivo agravado pelas chuvas constantes na região destroem árvores do entorno e assim fazendo com que os moradores impactados também com este processo, recuem para dentro da floresta, reconstruindo suas palafitas.

A partir do objetivo central deste trabalho, que foi estudar a degradação ambiental socioespacial, tais como processos de desmatamentos, qualidade de vida da comunidade ribeirinha e economia local causados pelos assentamentos ribeirinhos na ilha do Combu no entorno de Belém, Pará, pode-se concluir que este trabalho contribui também para que as ações prejudiciais a ilha do Combu sejam acompanhadas, revistas e controladas pelas autoridades ambientais com aplicação da legislação desenvolvida neste trabalho assim como traz questionamentos

pertinentes a visita constante de turistas na ilha do Combu com conduções de seus *jet skis*, lanchas e barcos em altas velocidades consideradas em diversos momentos sendo contínuas aos finais de semana.

Para analisar a relação Assentamentos Ribeirinhos e Degradação Ambiental foi conduzida pesquisa *in loco* na qual foi observado que parte da população da ilha residente nas palafitas construídas a frente do rio precisam recuar em algum momento para dentro da floresta dada a degradação ocasionada pelos processos de tráfego intenso de veículos no rio assim como períodos de cheia do próprio rio que impactam diretamente nas encostas conforme levantamento fotográfico realizado na ilha por este pesquisador.

Assim, como contribuição para futuras pesquisas sugere-se a continuidade do acompanhamento e controle de tráfego aquático na ilha do Combu, políticas incentivadoras de controle ambiental no que se refere aos processos predatórios de desmatamentos, cuidado e manutenção das encostas cada vez mais impactadas, assim como ações de melhoria da água e saneamento a comunidade da ilha do Combu.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. (2000). **A Técnica da Análise de Conteúdo**. Referência 5, 53-63. Disponível em: <<https://woc.uc.pt/fpce/person/ppinvestigador.do?idpessoa=10057>>. Acesso em 18 fev. 2017.
- AMARAI, Paulo. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina**/ Paulo Amaral, Manuel Amaral Neto. – Belém: IEB: AMAZON, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2007.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUCH, S., Sills, E., SAMPAIO, L., & SILVA, P. **Meios de vida nas Comunidades Ribeirinhas da Flora do Tapajós: Um acompanhamento ao longo dos anos**. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia/Departamento de Ciências Florestais e Recursos Ambientais e Universidade Estadual da Carolina do Norte – Raleigh, EUA, 2009. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001. 278p
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. – (Coleção Primeiros Passos, 301)
- BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 7 mai. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.985/00**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília/DF, 2000.
- BRASIL, **Decreto lei nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília/DF, 2004.
- BRASIL, República Federativa. Resolução **CONAMA nº 001**, de 23 de janeiro de 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 7 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 7 mai. 2017.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. 2ª ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. (IICA), 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local e Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 25-56

CANIVATTO, Vilma Maria. **Saneamento Básico: fonte de saúde e bem estar**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CANTO, O. et. al. Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, G. et. al. **Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 225-236.

CARDOSO, A. S. et al. **Metodologia para classificação de aspectos e riscos ambientais conforme NBR ISO 14001**. Santa Catarina, Nov. 2004.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?** In: A. C. D. Cardoso (Ed.). O Rural e o Urbano na Amazônia. Diferentes olhares e perspectivas. Belém-PA: EDUFPA, 2006. p.55-98.

CASTILHO, M. A. de; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira**, Chapadão do Sul, MS. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 10, n. 2, p. 159-69, jul./dez. 2009.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Belém: NAEA, 1998. 16.p. (Paper do NAEA, nº 092).

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica**. In: _____. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 9, p. 153-174.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá.** 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; BARROSO, Silvana Compton. **Combate a exclusão social e construção da cidadania na Amazônia: as práticas das lideranças na colônia Antônio Aleixo,** em Manaus/AM. In: 59ª Reunião da SBPC, 2007, Belém. Anais do 59ª Reunião da SBPC, 2007.

COSTANZA, R. (Org.) **Ecological economics; the science and management ofsustainability.** Nova York: Columbia University Press. 1991.

CRUZ, Manuel M. **Sítios agroflorestais na várzea do Careiro.** *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez.1999.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** 274 fls.2007. Tese de Doutorado. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

CRUZ, V. C. **O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia.** In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.* 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

DE CAMINO, R. **Estado Actual del Manejo Forestal Comunitario y sus Perspectivas, em la Biosfera Maya,** Petén, Guatemala. Memorias del Taller Regional, Manejo Forestal Comunitario y Certificación en América Latina. Bolivia: GTF, GTZ e WWF. 2002.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. **A Questão Ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2005

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FARIA, M. C. P. **Análisis de la capacidade del turismo em el desarrollo econômico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho.** 234 fls. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Universidad de Alicante, Espanha, 2012.

FDEZ.-VÍTORA, V.C. (1997). **Guia metodologica para la evaluacion del impacto Ambiental**. 3.ed. Madrid, Ediciones Mundi-Prensa, Bilbao: Grafo, S.A., 1997. 412p

FRAXE, Therezinha et al. **Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais**. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente. Manaus: EDUA, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas 1999.

GONÇALVES. C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

HEUSER, Cristiane. **Identificação de Aspectos e Impactos Ambientais em uma empresa de pequeno porte do setor Metalmeccânico**. Dissertação (Graduação) Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Tecnológicas. 2007.

HOWLETT, Michael. **A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas**. Opin. Pública, Campinas, v. 6, n. 2, out. 2000. Disponível em: Acesso em: 22 jul. 2018.

IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). **Guia para o manejo florestal comunitário**. Livros e Livretos. 2013. Disponível em: <<http://imazon.org.br/guia-para-o-manejo-florestal-comunitario/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

JARDIM, M.A. **Aspectos da Produção Extrativista do Açaizeiro (Euterpe oleracea Mart.) no Estuário Amazônico**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Série Botânica, v. 12, p. 137-44, 1996.

JESUS, P. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, A. (Org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 72-75

KITAMURA, P. C. **Biodiversidade na Amazônia: por uma abordagem regional das unidades de conservação**. In: GARAY, I.; DIAS, B. (orgs.). Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de normas e metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis, Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF. E. **Saber Ambiental: Saber Ambiental sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LEONEL, M. **Morte social dos rios, Conflito, natureza e cultura na Amazônia.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Deborah de Magalhães. **Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Varzeas dos Rios Amazonas e Solimões.** In: Boletim Rede Amazônia: Diversidade Cultural e Perspectivas Socioambientais. Ano 3, n. 1, 2004.

LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.** Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LIRA, S. H., COSTA, D. C., FRAXE, T. J. P., & WITKOSKI, A. C. **Sustentabilidade e territorialidade: dilemas, desafios e possibilidades de vida para as populações rurais amazônicas.** In: Witkoski, A. C.; Fraxe, T. J. P. e Cavalcante, K. V. (Orgs). Território e territorialidade na Amazônia: formas de sociabilidade e participação política (pp. 55-86). Manaus: EditoraValer, 2014

LLORENS, Francisco de Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local.** Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. p. 61-81; 100-110.

LOUREIRO, V. R. **Pressupostos do modelo de integração da Amazônia aos mercados Nacional e Internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas.** In: COSTA, M. J. J. (Org.). Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p. 47-70.

MAGNOLLI, Miranda Martinelli. **Ambiente, espaço e paisagem.** Paisagem e Ambiente, 1 e 2. São Paulo, FAUUSP, 1986.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática. São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARQUES, L.M ; CARNIELLO, M.A.; GUARIM NETO, G. **A percepção ambiental como papel fundamental na realização de pesquisa em Educação Ambiental.** Travessias, v.4 ,p.337-349 , 2010.

MARTÍNEZ, H. J.; VILLA, M. A.; VÁZQUEZ, A. E. G. **Bienestar socioeconómico y percepción de la calidad de vida en destinos turísticos: el caso de la Colina el Caribe, Cabo San Lucas, Baja California Sur (México).** Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local, Málaga, Espanha, v. 6, n. 15, p. 1-16, dez. 2013.

MATTA, RAIMUNDO ALBERTO DE ATHAYDE. **Espacialidade e Sustentabilidade na Ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local**. 211 fls. 2006. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil)- Centro Tecnológico. Universidade Federal do Pará, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Guia de cadastramento de grupos: populacionais, tradicionais e específicos: cadastro único para programas sociais**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias1/2012/09/2_Guia%20dos%20Povos%20MDS%2026x20cm%20FINAL.pdf>. Acesso em: 18.abr. 17.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). PROJETO DE LEI N°. 4.776, DE 2005. **Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=301858&filename=EMP+151/2005+%3D%3E+PL+4776/2005>. Acesso em: 7 mai. 2017.

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169 - 181.

MORIM, J. Ribeirinhos. **Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco**, Recife. Maio de 2014. Disponível em: Acesso em: 23 jun. 2018.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, Espacio y Arquitectura**. Barcelona: Editorial Blume, 1975.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos Socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: O caso de Itacaré – Bahia**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz e à Universidade Federal da Bahia.

PARÁ (Estado). Lei n.º 6.083, de 13 de novembro de 1997. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu no Município de Belém**, 1997.

PAROLIN, P.; DE SIMONE, O.; HAASE, K.; WALDHOFF, D.; ROTTENBERGER, S.; KUHN, U.; KESSELMEIER, J.; SCHMIDT, W.; PIEDADE, M. T. F.; JUNK, W. J.

Central Amazon floodplain forests: tree survival in a pulsing system. The Botanical Review, v. 70, n. 3, p. 357-380, 2004.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PUTZ, F. E. **Considerations of the ecological foundation of natural forest management in the American tropics.** Reserachgate, January, 1993. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/236553903_Considerations_of_the_ecological_foundation_of_natural_forest_management_in_the_American_tropics>. Acesso em: 3 nov. 2018.

QUINTAS, JOSÉ SILVA. **Introdução à gestão ambiental pública.** 2ª ed. revista. Brasília: Ibama, 2006.

REIS, S. S. L. D.; SILVA, S. S. D. C.; PONTES, F. A. R. **Araraiana e Combu: um estudo comparativo de dois contextos ribeirinhos amazônicos.** Temas em Psicologia v. 20, n. 2, p. 429-438, 2012.

RODRIGUES, Eliana Teles. **Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2006.

RODRIGUES, K. **Amazônia sobre diversos olhares – Um dossiê.** Revista de Estudos Universitários (REU). Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 9-13, dez, 2010.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. **Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization.** In: SANTOS, B. de S. (Org.). Another production is possible. Beyond the capitalist canon. London: Verso, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHRAIBER, L. B. **Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e da produção de narrativas em estudo sobre profissão médica.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n.1, p. 63-74, fev. 1995.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

SCHMINK, M.. **Marco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária.** Estudo de Caso N° 1. Merge; University of Florida; Pesacre, 1999.

SILVA, Danielle Wagner et al.: **Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 38, 2016.

SMITH, R. **Formas de organizações e papel das organizações de apoio às iniciativas de manejo florestal comunitário.** In: Oficina de Manejo Florestal Comunitário e certificação na América Latina: resultados e propostas – Paulo Amaral, Manuel Amaral Neto e Frank Krämer (org.) . Belém: IMAZON,GTZ,IEB. 44p, 2005.

SOUZA, Celina. **"Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: Acesso em: 22 jul. 2018.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TRINDADE JÚNIOR, Saint- Clair Cordeiro da. **Das “Cidades na Floresta” Às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira.** Papers do Naea N° 321, Blém, Dezembro, 2013.

TURATO E. R. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa.** Revista de Saúde Pública, 2005. Jun. 39(3):507-1.

VENTURA, G., SOUZA, I.C. F. de. **Refletindo sobre a relação entre a natureza humana, valores capitalistas e a crise ambiental: contribuições para a promoção da Educação Ambiental Crítica.** Revista eletrônica Ambiente e Educação. Rio Grande. v.15. 22p. 13-34. 2010.

ZAPATA, Tânia et alli. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local.** Recife: BNDES/PNUD, 2000. p. 11-43.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

FOTOS PÚBLICAS. **Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu, no Pará.** 31 de julho de 2016. Disponível em: <<https://fotospublicas.com/area-de-protecao-ambiental-ilha-do-combu-no-para/>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO. Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu>>. Acesso em: 16 out. 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/sedimentos-marinhos-o-que-sao/54984>>. Acesso em: 18 out. 2017.

PNGF. **Portal Nacional de Gestão Florestal.** Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/pngf/manejo-florestal/apresentacao>>. Acesso em: 22 set. 2018.

WIKIMEDIA COMMONS. **Área de Proteção Ambiental (APA) - Ilha do Combu-Belém- Pará- Brasil.** 2012. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File>>. Acesso em: 5 out. 2018.

APÉNDICE

APÊNDICE I

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA A SER APLICADA JUNTO A LIDERANÇA DA ILHA DO COMBU- 2017

Dados Pessoais

1. **Nome:**
2. Tempo em que mora na ilha:
3. Ocupação:
4. Escolaridade:
5. Como acontece a escolha da “liderança” da Ilha do Combu?
6. Como você enquanto morador avalia as condições de vida na ilha? Porque?
7. Os moradores da ilha se reúnem espontaneamente com sua liderança para discutirem questões do dia a dia?
8. Quais são as ações favoráveis ao meio ambiente resultantes do trabalho dos moradores da Ilha?
9. Quais as formas de assentamentos dos ribeirinhos?
10. Como se dá a extração do material da Ilha necessário a construção dos assentamentos ribeirinhos?
11. Há alguma forma de conscientização dos moradores da Ilha no momento de construção de seus assentamentos?
12. Quais são as dificuldades encontradas pela liderança para realizar práticas de cuidados ao meio ambiente na ilha?
13. O que você entende por meio ambiente?
14. O que você entende por educação ambiental?
15. O que você entende por manejo florestal?
16. Quais dificuldades você tem encontrado para realizar ações envolvendo a educação ambiental na sua prática no dia a dia?
17. Você tem acesso aos documentos oficiais que tratem sobre impactos ambientais na ilha do Combu? Quais?
18. Contatos:
 - Endereço:
 - Telefone:
 - E-mail:

ANEXOS

ANEXO I
**PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA- CEP/
 UNITAU/PLATAFORMA BRASIL**



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
 TAUBATÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Impactos ambientais dos assentamentos ribeirinhos: um estudo de manejo sustentável na Ilha do Combu

Pesquisador: MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64670016.5.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.959.771

Apresentação do Projeto:

Este trabalho teve como lócus de estudo, a Ilha do Combu situada no entorno de Belém no Estado do Pará, Brasil, e teve como foco estudar os impactos ambientais dos assentamentos ribeirinhos no entorno de Belém, em uma perspectiva de manejo sustentável.

Objetivo da Pesquisa:

Estudar o manejo sustentável e as implicações ambientais dos assentamentos ribeirinhos da Ilha do Combu no entorno de Belém, Pará.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atende as recomendações da Resolução 510/16.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema da pesquisa relevante como subsídio á política publica na área de comunidades sustentáveis.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 1.959.771

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende as recomendações da Resolução 510/16.

Recomendações:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté recomenda a entrega do relatório final ao término da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atendida a solicitação do parecer anterior.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 10/03/2017, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_846809.pdf	06/03/2017 09:39:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEC.pdf	09/02/2017 14:43:59	MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha.docx	02/02/2017 12:08:04	MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS	Aceito
Brochura Pesquisa	Entrevista.docx	20/12/2016 22:46:57	MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	20/12/2016 22:46:10	MARCO ANTONIO CUNHA DANTAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro CEP: 12.020-040
UF: SP Município: TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br